

32 Augusto Cesar da Costa Castilho, representante do **IBAMA**; Sr. Herman Menezes
33 Cathalat Filho, representante do **CREA**; Sr. Ibraim Fantin da Cruz, representante da
34 **UFMT**; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da **ABAS**; Sr. Kaio César Dias
35 Bueno e Sr. Pedro Cassiano Assumpção de Farias, representantes da **AMM**; Sra.
36 Alessandra Panizi Souza, representante da **OAB**; Sra. Carolina Ortiz Costa Franco
37 de Souza e Sra. Brenda Anazco Benites, representantes da vaga 01 dos **CBH-RH**
38 **Amazônica**; Sra. Pâmela Sangaleti de Souza, representante da vaga 02 dos **CBH-**
39 **RH Amazônica**; Sra. Ingrid Leite de Oliveira, representante da vaga 01 dos **CBH-**
40 **RH Paraguai**; Sra. Zenilda Teodora de Lima, representante da vaga 01 dos **CBH-**
41 **RH Tocantins-Araguaia**; Sr. Adriano Voigt, representante da vaga 02 dos **CBH-RH**
42 **Tocantins-Araguaia**; Sra. Joicy Silva Farias, representante do **Instituto Gaia**; Sra.
43 Lucélia Denise Perin Avi, representante da **FAMATO**; Sr. Álvaro Fernando Cícero
44 Leite e Sra. Mariana Sasso, representantes da **FIEMT**; Sr. Marcelus Mesquita,
45 representante do **SINDENERGIA/MT**; Sra. Inês Martins de Oliveira Alves,
46 representante da **Águas Cuiabá**; Sr. Claudionor Angeli, representante da
47 **COOPEAMAT**; Sr. João Clímaco Soares de Mendonça Filho, representante do
48 **FONASC**; Sr. Salatiel Alves de Araújo, representante do **Instituto Ação Verde**; Sr.
49 Hélio David de Almeida Filho, representante da **APROFIR**; Sr. Kassiano José Riedi
50 e Sr. Ricardo Kohmann Dietrich, representantes do **SINECAL**; e, Sra. Leonice de
51 Souza Lotufo, representante do **ITEEC**. Constatou-se a presença do Sr. Alisson
52 Trindade, Diretor de Turismo do SHRBS, porém, o Secretário Executivo explica que
53 em razão da Secretaria Executiva não ter recebido oficialmente a indicação do
54 mesmo para representar a entidade, conforme determina o Regimento Interno, a
55 mesma será considerada faltosa na reunião. A Reunião foi aberta pelo Secretário
56 Executivo, que cumprimentou a todos e realizou a conferência do quórum. Na
57 sequência, passou-se a aprovação da Ata da 88ª Reunião Ordinária. Não havendo
58 nenhuma alteração a Ata da 88ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade.
59 O conselheiro José Roberto, representante da ABAS, pede a palavra. Pergunta se
60 a conselheira Alessandra Panizi não teria nenhum informe a respeito da Câmara
61 Técnica de Águas Subterrâneas. O Secretário Executivo informa que a conselheira
62 Alessandra irá falar sobre a Câmara Técnica em um segundo momento. Salienta



63 que todos os documentos que serão discutidos nessa reunião, foram encaminhados
64 aos conselheiros. Após, passou-se ao item 3 da pauta, qual seja, a apresentação
65 acerca do funcionamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO,
66 pelo Sr. Luiz Henrique Noquelli, Superintendente de Recursos Hídricos na
67 Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Explica que o FEHIDRO era previsto na
68 Lei 6.945/1997, mas em 2005 com a extinção da FEMA e criação da Secretaria de
69 Estado de Meio Ambiente, extinguiu-se o FEHIDRO. Salaria que após 12 anos de
70 efetivo trabalho, em março de 2020 com a publicação da Lei nº 11.088, o FEHIDRO
71 foi recriado. Em novembro do mesmo ano, o FEHIDRO foi regulamentado através
72 do Decreto nº 715. Na sequência, faz uma breve leitura do art. 2º do Decreto nº
73 715/2020, e destaca que o FEHIDRO se diferencia dos demais Fundos porque o
74 objetivo macro dele é fortalecer o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Explica
75 que a origem dos recursos do Fundo está elencada no art. 46 da Lei nº 11.088/2020,
76 que foram replicados no art. 3º do Decreto nº 715/2020. Explica que houve mudança
77 no repasse quanto ao aproveitamento hidroenergéticos, que até então era 45% para
78 os estados, 45% para os municípios e 10% para a União. Passando a 65% para os
79 municípios, sem destinação específica de uso, 25% para os estados, que
80 obrigatoriamente tem que aplicar na Política de Recursos Hídricos. Destaca que os
81 resultados da cobrança pelo uso da água têm o viés bem efetivo, porque esse
82 dinheiro deve ser aplicado, prioritariamente, nos CBHs que fazem a cobrança.
83 Aborda a aplicação dos recursos, prevista no art. 9º do Decreto nº 715/2020.
84 Salaria que os estudos hidrogeológicos serão custeados pelo Fundo. Diz que os
85 recursos do Fundo podem ser utilizados no fortalecimento do CEHIDRO
86 diretamente, mas que para os CBHs se tem que trabalhar através de uma entidade,
87 por meio de termo de cooperação, uma vez que os CBHs não possuem CNPJ.
88 Destaca as inovações do Decreto nº 715/2020, compreendidas na possibilidade de
89 abertura de editais e nas competências do CEHIDRO, elencadas no art. 7º. Aborda
90 o art. 10, do Decreto nº 715/2020, que disciplina a aplicação dos recursos obtidos
91 através da cobrança pelo uso da água. Salaria que quando se fala em cobrança
92 pelo uso da água, a Lei nº 11.088/2020 prevê que será regida por meio de lei
93 específica, sendo assim, para se efetivar a cobrança pelo uso da água no estado,



94 se terá que aprovar uma lei na Assembleia Legislativa. Explica que o funcionamento
95 do Fundo está previsto no art. 49 da Lei nº 11.088/2020 e art. 4º do Decreto nº
96 715/2020. Que a gestão do Fundo compete a SEMA, observando o plano de
97 aplicação; que a SEMA editará as normas complementares e demais procedimentos
98 operacionais, que já estão em elaboração. Explica que apesar do Fundo ter sido
99 regulamentado em 2020, só foi repassado recursos para o mesmo no mês de
100 maio/2021, em razão do período de organização governamental. Salaria que a
101 SEMA está trabalhando nas questões procedimentais e assim que finalizadas,
102 serão apresentadas aos conselheiros bem como o plano de aplicação, conforme
103 preconiza a lei. Finda a apresentação, iniciou-se as perguntas. O Secretário
104 Executivo destaca que o conselheiro Salatiel Alves enviou por e-mail alguns
105 questionamentos, que serão respondidos nesta oportunidade, porém, antes se
106 passou a palavra ao conselheiro João Clímaco. O conselheiro João Clímaco,
107 representante do FONASC, parabeniza pela apresentação e solicita a Secretaria
108 que considere o princípio da descentralização no contexto da organização da
109 regulamentação do Fundo no âmbito do Conselho. Salaria que por mais que os
110 decretos sejam muito objetivos, eles passam a ideia de centralização. E nesse
111 sentido, pensa que é interessante que nessa parte que o Superintendente falou, de
112 que a SEMA vai dar algumas diretrizes, sugere que se faça isso dentro de um
113 processo mais participativo dentro do Conselho, como acontece em alguns estados.
114 Salaria que essa ideia de participação, de descentralização não é 100% assumida.
115 De modo que, pede ao Presidente da sessão que nesse último item apresentado,
116 que se consiga regulamentar através do próprio Conselho, como existe em alguns
117 estados. Diz achar que ainda vai ter uma apresentação melhor quanto a gestão do
118 Fundo, pois entende, pelo pouco que viu do decreto, que o decreto centraliza na
119 SEMA e retira um pouco o protagonismo do Conselho. Diz que no próprio Conselho
120 Nacional a gente tem um protagonismo maior do Conselho através de suas câmaras
121 técnicas de acompanhamento de aplicação e também de definição de normas de
122 aplicação. Enfatiza que pelo que esta notando, embora saiba que o Presidente
123 tenha falado que esta ainda verificando em outros Conselhos essas experiências,
124 que o estado de Mato Grosso seja mais inovador propondo um protagonismo maior



125 das câmaras técnicas na definição de diretrizes e normas, embora o decreto já seja
126 bem amplo, bem consistente, não quer dizer que a gente tenha, por exemplo, que
127 regulamentar a aplicação de recurso para o financiamento de aplicação de
128 instrumento de cobrança, instrumento de plano. Solicita aos seus pares no
129 Conselho que considerem a possibilidade de melhoria desse Fundo, desde que o
130 Conselho seja protagonista de uma ação proativa, fazendo seu papel como
131 determina a lei ou como permite a lei. E não deixar essa perspectiva mais
132 centralizadora da SEMA, embora a SEMA seja parte integrante do Conselho, o
133 decreto lhe passou uma dimensão de centralização que merece ser mais elaborada
134 e mais trabalhada pelo Conselho, para que a gente possa operacionalizar o Fundo
135 de maneira mais horizontal. O Secretário Executivo diz que o próprio Decreto prevê
136 a participação do CEHIDRO, e que vai passar sim pelo mesmo. Explica que a SEMA
137 tem que levar algum material para as câmaras técnicas e para a Plenária. Enfatiza
138 que a SEMA vai trabalhar e ver a melhor forma, escrever esse material e, mesmo
139 que esses procedimentos são internos da SEMA, pois existem procedimentos
140 internos da SEMA que são da SEMA, de como vai caminhar, de qual setor vai para
141 qual setor. Mas como o Fundo será aplicado, os projetos, como o CEHIDRO irá
142 trabalhar junto com os CBHs, isso tudo passará pelo Conselho sim. O conselheiro
143 João Clímaco propõe que a gente consiga criar um ambiente, uma câmara ou um
144 grupo, que faça essa ou que regule esse tipo de atividade dentro do Conselho
145 de maneira mais orgânica, mais horizontal e mais presente, legalizando um GT ou
146 uma Câmara para o acompanhamento do Fundo. Acredita que seja melhor para a
147 Plenária receber as coisas com pareceres mais elaborados, do que deixar tudo
148 centralizado. O Secretário Executivo diz que para a SEMA encaminhar para a
149 Secretaria Executiva e esta encaminhar para uma Câmara Técnica, a SEMA precisa
150 trabalhar em um documento primário, e é esse documento primário que está sendo
151 elaborado. O conselheiro João Clímaco solicita que o documento seja encaminhado
152 à Câmara Técnica e a Plenária para que seja analisado. O Secretário Executivo
153 passou a ler e responder os questionamentos quanto aos incisos do art. 7º do
154 Decreto 715/2020, encaminhados pelo conselheiro Salatiel Alves, representante do
155 Instituto Ação Verde. Questiona “se para o inciso I será necessário a criação de uma



156 Câmara Temática Específica ou o assunto ficará a cargo de uma das Câmaras
157 existentes? ” O Sr. Noquelli responde que conforme exposto a pouco, a SEMA esta
158 fazendo um levantamento do que esta dando certo em outros estados e assim que
159 finalizado irá enviar ao Conselho e, compete a este decidir se é necessária a criação
160 de uma câmara técnica específica para tratar desse assunto, ou será encaminhada
161 a uma das câmaras existentes. O conselheiro Salatiel Alves propõe que isso seja
162 colocado em discussão após as respostas aos questionamentos. O Sr. Noquelli
163 concorda com a proposta. Na sequência, passa ao próximo questionamento. Qual
164 seja, “se para o inciso II já existem "programas e projetos de demandas induzidas
165 ou espontâneas"?” O Sr. Noquelli responde que não existem, que não temos nada
166 com relação a isso, mas que os procedimentos estão sendo elaborados para que
167 possa vir a ter. No entanto, hoje não temos nenhum Comitê que disse que esta
168 querendo fazer determinada coisa, ou outra ONG. Quanto ao inciso III, questiona
169 “se já existem programas e projetos nos comitês de bacia hidrográfica?” O Sr.
170 Noquelli responde que não existe, mas que em função do programa PROCOMITÊS,
171 existe uma conscientização de que eles estarão trabalhando nisso, porém, ainda
172 não temos nada em nossas mãos. Quanto ao inciso IV, questiona “se os comitês de
173 bacia já têm qualificações suficientes (administrativas, legais e técnicas) para
174 receber e gerir recursos financeiros a serem repassados pelo FEHIDRO?” O Sr.
175 Noquelli explica que os recursos não são repassados aos CBHs porque eles não
176 possuem CNPJ para prestar conta ao estado. Que hoje funciona da seguinte forma
177 com o programa PROCOMITÊS, existe o CPP que ganhou uma abertura de edital
178 e funciona como uma agência delegatária. Que com o Fundo funcionará da mesma
179 forma, pois é a única forma legal de atender as demandas dos Comitês. O
180 conselheiro João Clímaco pede a palavra. Diz pensar que nesse assunto, o artigo
181 7º poderia ser mais bem trabalhado a sua regulamentação, assim que for aprovada
182 essa comissão, pois ele possibilita a inclusão de atores que estão inclusive no
183 Conselho. Cita como exemplo, um intercâmbio com as Universidades como uma
184 forma de otimizar. Diz que a definição de prioridades não é uma decisão que dê
185 para aprovar em uma Plenária pronto e acabado e, sim desenvolver uma discussão
186 dentro do Conselho. Se manifesta favorável à proposta de se criar uma Câmara ou

187 um GT para fazer a gestão permanente das coisas que vão acontecendo em relação
188 a esses recursos. O Secretário Executivo diz que quando a gente fala em câmara
189 técnica as vezes o membro do comitê pode não ter a qualificação macro necessária,
190 mas ele pode recorrer a uma universidade, a uma instituição de ensino. Diz que por
191 exemplo ele quando precisa responder algo com relação a direito, busca alguém
192 para auxiliá-lo. Após, passa ao próximo questionamento encaminhado pelo
193 conselheiro Salatiel Alves. Que pergunta "se já existe minuta do plano anual de
194 aplicação dos recursos do FEHIDRO conforme citado no inciso V?" O Sr. Noquelli
195 responde que a SEMA esta trabalhando nesse programa de aplicação e assim que
196 finalizado será enviado ao Conselho. Salienta que se trata de algo muito novo e a
197 SEMA está aprendendo também. Diz que dentro da SEMA existem procedimentos
198 que precisam ser internalizados, de como será no setor administrativo, se será
199 criado algo vinculado ao Fundo ou só a conta e a equipe da Superintendência vai
200 trabalhar. Destaca que tudo isso está sendo discutido. O conselheiro Salatiel Alves
201 pede a palavra. Pergunta qual é o prejuízo, por alto, da gente ainda não ter o plano
202 de aplicação anual. O Sr. Noquelli responde que não temos plano nenhum, porque
203 como não tínhamos os recursos do Fundo, todas as ações foram direcionadas ao
204 PROGESTÃO. Salienta que esta sendo executado o plano de gastos do
205 PROGESTÃO aprovado pelo CEHIDRO. Que de fato o plano de aplicação dos
206 recursos do FEHIDRO estará sendo alinhado para ser executado no ano de 2022.
207 O conselheiro João Clímaco pede a palavra. Solicita que se faça uma reflexão
208 acerca do processo de institucionalização do Fundo no âmbito do CEHIDRO. Que
209 se trabalhe com o conceito de que o CEHIDRO ele não tem CNPJ, mas ele é uma
210 instância no organograma da gestão pública do estado e portanto poderia ser
211 contemplado com mais apoio e recursos para que tenha, por exemplo, um suporte
212 técnico, jurídico, administrativo que seja necessário para secretariar as ações do
213 próprio CEHIDRO. E não ficar totalmente vinculado ao recurso que esta disponível
214 na SEMA bem como a disponibilidade de seus técnicos. O Secretário Executivo
215 destaca que hoje com o programa PROGESTÃO, que vem repasse do governo
216 federal para a gestão de recursos hídricos, o estado de Mato Grosso não aceita
217 nenhum tipo de contratação. Salienta que é justamente esses tipos de



218 procedimentos que estão sendo definidos. Diz que concorda que o CEHIDRO
219 deveria ter um advogado *full time* para atender as demandas do CEHIDRO. Diz que
220 a equipe da SEMA pontuará bem essa questão de um auxílio desvinculante da
221 mesma. Após, retoma os questionamentos do conselheiro Salatiel Alves. Que
222 questiona se o FEHIDRO já tem recursos e se sim, se já foi repassado/gasto a
223 qualquer título algum recurso financeiro do FEHIDRO? O Sr. Noquelli responde que
224 temos aproximadamente quinze milhões de reais na conta do FEHIDRO, que foi
225 repassado na integra conforme determina a lei. Diz que quanto ao gasto, foi feita
226 uma complementação de uma contrapartida que precisava ser feita junto a ANA,
227 mas que é insignificante em relação ao montante. Salaria que a SEMA precisa da
228 parceria do CEHIDRO para que em 2022 a gente consiga aplicar de fato os recursos
229 do Fundo. Destaca que o gargalo antigamente era não ter o recurso, mas que agora
230 temos e, poderemos investir no estudo hidrogeológico tão falado pelos conselheiros
231 José Roberto e Salatiel. O próximo questionamento é “se temos como acompanhar
232 no âmbito dos sites de acompanhamento do governo o recebimento/gasto/empenho
233 desses recursos?” O Sr. Noquelli responde que não, porque é um sistema interno,
234 mas como o conselheiro solicitou, a equipe foi atrás para trazer essa informação, e
235 isso pode estar sendo feito sempre que solicitado. Diz que esse documento que foi
236 obtido dentro do Fundo pode até ser enviado aos conselheiros, porém ele não é
237 aberto a consultas. A próxima pergunta é “O que significa em termos financeiros
238 "parte da compensação financeira que o Estado receber pela exploração de
239 petróleo, gás natural e recursos minerais" relativo ao inciso IV do Artigo 3º do
240 Decreto Estadual 715?” O Sr. Noquelli responde que foi apenas efetivado dentro do
241 FEHIDRO a compensação financeira pela geração de energia elétrica. Que com
242 relação ao petróleo, gás natural e recursos minerais ainda não houve nenhuma
243 sinalização por parte da Secretaria de que este montante vai vir e quando virá ao
244 Fundo. O conselheiro Salatiel Alves pede a palavra. Diz que perguntou o que
245 significa “parte”, porque ficou muito vago. A conselheira Sibelle Jakobi,
246 representante da SEMA pede a palavra. Salaria que foi ela quem trabalhou com
247 essa parte do decreto, e explica que essa divisão do recurso é determinada por
248 outras leis. Então não se pode colocar que será, por exemplo, 50% do recurso



249 porque existe legislação específica que trata dessa divisão. Diz que é a mesma
250 coisa da compensação financeira, que tem uma legislação federal que divide entre
251 estados, municípios e união, e tem uma outra legislação estadual que divide o
252 recurso que vem para o estado, entre a SEMA e METAMAT. Destaca que por essa
253 razão se usou esse termo vago mesmo “parte do recurso”, porque na legislação
254 específica já se define a porcentagem que vai para cada entidade, e a parte que for
255 destinada a SEMA virá para o FEHIDRO. Diz que não teria como fazer essa redação
256 mais clara, pois não depende da nossa legislação. O conselheiro Salatiel Alves diz
257 que então poderia se verificar essa normativa, que provavelmente a SEFAZ possui,
258 e passar para os conselheiros, só para ficar mais claro essa questão. O Sr. Noquelli
259 diz que foi anotada a solicitação do conselheiro. Após, passa ao próximo
260 questionamento. “Qual o prazo/meta que o Governo Estadual tem para o
261 funcionamento efetivo do FEHIDRO?” O Sr. Noquelli responde que a SEMA
262 pretende que até meados de outubro se efetive, passando-se por todas as
263 instâncias, finalizar todo esse processo, para que em 2022 a gente já entre
264 redondinho. O conselheiro Salatiel Alves pergunta se caso fique pronto até outubro,
265 prejudica em algo o orçamento do estado, se tem que passar pela Assembleia
266 Legislativa, como é que fica esse trâmite. O Sr. Noquelli responde que não, porque
267 o plano plurianual com o Fundo será feito de 2022 a 2025. Explica que não há como
268 incluir nada no ano de 2021 porque esse plano foi pensado lá em 2020, razão pela
269 qual não há perda nenhuma em relação a isso. Diz que a Sra. Lilian Apoitia,
270 Coordenadora de Ordenamento Hídrico, lhe disse que como o PPA é 2020-2024 e
271 o Fundo não existia, está se elaborando algo novo e não teremos problemas quanto
272 a isso. O próximo questionamento é se “O Plano Plurianual - PPA para o quadriênio
273 2020-2023 já foi alterado? Se sim, como ficou essa atualização?” O Sr. Noquelli
274 responde que a previsão de atualização do PPA e PTA estão na Lei n. 11.088/2020.
275 Quanto a solicitação de atualização do conteúdo do link:
276 <https://progestao.ana.gov.br/panorama-dos-estados/mt>, pois o mesmo está
277 desatualizado no mínimo com relação ao FEHIDRO. Diz que a SEMA já entrou em
278 contato com a ANA e a mesma realizará as atualizações necessárias. Após,
279 passou-se ao próximo questionamento. “Tendo em vista a corresponsabilidade dos

2

280 Conselheiros em relação aos recursos usados/aplicados ou não usados/aplicados,
281 pergunto à SEMA se existe uma prestação de contas trimestral ou semestral dos
282 recursos do PROCOMITÊ e do PROGESTÃO à Câmara e/ou ao CEHIDRO?” O Sr.
283 Noquelli diz que como a Plenária solicitou na penúltima reunião que se
284 encaminhasse a Câmara Técnica de Gestão Participativa o acompanhamento do
285 programa PROGESTÃO, foi feita uma apresentação na CT sobre os custos e tudo
286 mais que esta acontecendo no PROGESTÃO, conforme solicitado pelo Conselho.
287 O conselheiro João Clímaco pede a palavra. Salienta que conforme solicitado
288 quando da atualização do regimento, que as decisões e os procedimentos das
289 Câmaras Técnicas não tivessem caráter terminativo, porque uma coisa é a Câmara
290 ter um consenso sobre determinado tema e outra coisa é o Conselho através da
291 sua Plenária. Diz que o FONASC não participa dessa CT, mas seria interessante
292 que o que essa Câmara aprovou ou não aprovou, ser encaminhado para
293 conhecimento, para que quando esta se tratando desse tema, por exemplo, os
294 conselheiros tenham esse retrato subsidiado pelas atividades da Câmara. Salienta
295 que é importante cuidar para que a Câmara não seja terminativa nos procedimentos
296 e a Plenária tome conhecimento. Diz que pessoalmente teria interesse em ver uma
297 documentação que mostrasse o retrato dessa situação das aplicações dos recursos
298 e dos recursos que vierem a ser recebidos. O Sr. Noquelli diz que nos casos dos
299 projetos, como é o caso do PROGESTÃO, PROCOMITÊS e QUALIÁGUA, não
300 podem ser terminativos na Câmara Técnica, eles podem ser apresentados e feito
301 seu acompanhamento, porque eles só vão terminar no final de 2021, que aí temos
302 a prestação de contas em 2022. Esclarece que o QUALIÁGUA vai até o ano de
303 2025 e o PROCOMITÊS até o ano de 2023. Enfatiza que é diferente, que os projetos
304 que estão em fase de execução, não têm como ser terminativo na CT e sim
305 expositivos, e é isso que tem sido feito. O conselheiro João Clímaco diz que não
306 esta entendendo, mas que vai considerar que a CT esta acompanhando e o
307 resultado desse acompanhamento tem que ser encaminhado aos demais
308 conselheiros. Salienta que é o mínimo que se espera para que os conselheiros não
309 sejam atropelados pela imprevisibilidade de um tema que aparece na Plenária sem
310 ter uma construção de conhecimento atrás. Após, se deu sequência as perguntas

3

10

311 do conselheiro Salatiel Alves. Que pergunta acerca do baixíssimo quantitativo de
312 despesas no âmbito do PROGESTÃO no ano de 2020 em relação aos anos
313 anteriores. “Pergunta à SEMA, se essa performance voltará a acontecer no ano de
314 2021? Como o CEHIDRO pode auxiliar para que os recursos possam ser
315 efetivamente utilizados?” O Sr. Noquelli diz que o que compete aos executores, a
316 Superintendência de Recursos Hídricos, que esta à frente disso, existe todo um
317 tramite a ser seguido. Cita como exemplo a execução do seminário de recursos
318 hídricos no estado de Mato Grosso, que faz tempo que não acontece, mas se tudo
319 correr bem, será realizado no próximo ano. Diz que para isso acontecer precisa se
320 protocolar um termo de referência e aguardar a tramitação. Salienta que por mais
321 que se queira que o processo seja rápido, existe todo um procedimento a ser
322 seguido. Então, acredita que agora no ano de 2021, vai se conseguir finalizar os
323 termos de referência. No entanto, não há como garantir, pois sai da alçada da
324 Superintendência de Recursos Hídricos bem como do CEHIDRO. O conselheiro
325 Salatiel Alves pergunta o que os conselheiros podem ajudar nesse sentido. Acredita
326 que o Conselho não é só cobrança, ele ajuda, auxilia, orienta, etc. Diz que sabemos
327 dos problemas que teve em 2020, com a pandemia e tudo mais, mas chama a
328 atenção quando a gente vê aquela planilha com os gastos dos anos de 2013 a 2020,
329 e em 2019, por exemplo, as despesas estão em um bilhão e noventa e três mil reais,
330 e em 2020 estão em setenta e três e oito mil reais. Então chama a atenção esses
331 baixíssimos gastos, porque a gente sabe que tem muita coisa para ser feita. Diz que
332 perguntou nesse sentido, no que se pode auxiliar, no que se pode fazer gestão
333 conjunta até mesmo com o governo para que a gente possa voltar a gastar como
334 antes. Não gastar do ponto de vista de gastar sem ter uma intenção, sem ter uma
335 justificativa, não é isso, mas é um dinheiro que esta disponível e que a gente não
336 está fazendo uso dele, e é importante para os recursos hídricos que a gente faça
337 uso desses recursos, para melhorar a gestão do estado. A conselheira Sibelle
338 Jakobi, pede a palavra. Diz que realmente 2020 foi um ano extremamente atípico
339 para a gente, por causa da pandemia muitas coisas não puderam ser realizadas,
340 por exemplo, o plano de capacitação em que a gente tinha gastos previstos em
341 torno de duzentos e cinquenta mil reais, a pandemia suspendeu tudo e a gente não

af
JO

342 teve nenhuma contratação, nenhuma viagem, não fez as reuniões. Então tudo isso
343 seria um gasto que a gente teria feito se e não fez. Então 2020 realmente foi um
344 ano atípico, além disso a gente teve alguns problemas com relação a alguns TR's,
345 como por exemplo, o da manutenção das estações hidrotelemétricas feitas pela
346 Sala de Situação, porque houve uma mudança de entendimento da
347 Subprocuradoria, que a gente sempre fazia para o estado inteiro e eles pediram
348 para a gente separar por regiões e a gente não conseguiu finalizar. Aí infelizmente
349 com os trâmites internos do estado, que finaliza o ano finaliza os TR's, tivemos que
350 reiniciar no ano, mas a equipe já corrigiu e já reiniciou. Pondera que foram
351 desventuras em série no ano de 2020 que levaram a esse baixo gasto, mas
352 acreditamos que nesse ano teremos um gasto similar ou até mesmo superior ao
353 ano de 2019. Diz que com relação ao que os conselheiros podem ajudar, a principal
354 ajuda que o Conselho pode dar nesse momento é que quando a SEMA apresentar
355 o Plano de Aplicação, os membros ajudem dando sugestão de onde aplicar, ajudem
356 a organizar essa parte. Destaca que o aval do CEHIDRO é muito importante para a
357 SEMA. A conselheira Ingrid Leite, representante da vaga 01 dos CBH RH Paraguai,
358 pede a palavra. Diz que gostaria de salientar algo que acredita ser muito importante,
359 porque esse diálogo relacionado ao PROGESTÃO é um dos mais interessantes.
360 Diz que a gente não pode reduzir o plano de gestão a uma planilha. Salienta que
361 percebeu isso durante um diálogo na Câmara Técnica de Gestão Participativa, que
362 são abertas inclusive, e a gente convida a todos que queiram participar para
363 entender um pouco mais, e que foi onde passou esse relatório do plano. Diz que
364 vem acompanhando a um tempo, e vê que quando a gente vê o montante lá a gente
365 tem que pensar que parte desse dinheiro é para a gestão dos CBHs também, e nós
366 estamos falando de gente, não estamos falando só de números de planilhas. Então,
367 nesse sentido é preciso entender que os 11 Comitês do estado de Mato Grosso
368 também fazem parte dessas planilhas e nesses 11 Comitês tem pessoas que
369 decidem onde vai ser aplicado, como vai ser aplicado de acordo com a realidade de
370 cada Comitê. Salienta que devemos tomar muito cuidado quando falamos em
371 dinheiro que ficou parado, porque o dinheiro não ficou parado à toa, ficou parado
372 exatamente por conta de uma pandemia e esses Comitês já tinham se organizado

373 para pensar onde melhor investir. Destaca que vê que o trabalho que vem sendo
374 feito para os CBHs, e o Comitê como um ente independente, ele decide onde ele
375 quer e como ele quer que o recurso seja utilizado. Salienta que devemos ter muito
376 cuidado quando dizemos que este Conselho vai decidir, quando os CBHs que são
377 entes equivalentes a esse Conselho também podem decidir. Salienta que o dinheiro
378 ficou retido justamente por conta da pandemia. Diz que nesse sentido vem salientar
379 que parte desse dinheiro é destinado aos CBHs. Diz que é importante que se veja
380 o que estava regendo lá onde seria utilizado esse dinheiro, para formação dos
381 membros dos Comitês, para melhoramento do debate e análise dos documentos.
382 Diz que consta na Lei que o Comitê é formado por três grupos diferentes, a
383 sociedade civil, o governo e os usuários, sendo que esse grupo decide
384 conjuntamente. Salienta que a gente não pode reduzir a valores a decisão sobre a
385 planilha que está lá. Diz ser importante essa questão levantada pelo conselheiro
386 Salatiel, mas defende que antes de ser discutida no CEHIDRO, que seja discutida
387 pelos CBH. Que os CBH possam decidir onde querem gastar, como querem
388 organizar e planejar a aplicação dos recursos. Destaca que a gestão de pessoas é
389 tão importante quanto a definição do estudo técnico que a gente vê que é necessário
390 para os usos múltiplos da água no estado de Mato Grosso. Salienta que a gente vê
391 o dinheiro na planilha e acha que ele não está sendo usado, mas o funcionamento
392 é muito maior e por isso que esse debate não pode ser decidido de uma forma
393 genérica sem entender de onde que vem e para onde vai os recursos, pois existem
394 metas a serem cumpridas. Reitera que os CBHs devem estar envolvidos nesse
395 diálogo para decidir conjuntamente os diferentes usos, não só uma questão técnica
396 específica, e que esse diálogo não se encerre somente nessa esfera do CEHIDRO.
397 Se coloca, como representante da bacia do Paraguai, para levar esse diálogo para
398 os Comitês representantes e trazer de volta para o CEHIDRO. O Secretário
399 Executivo diz que é isso mesmo, que o FEHIDRO veio para fortalecer o sistema e
400 a base dos projetos serão dos CBHs. Então os CBHs apoiarão os projetos
401 interessantes que fazem parte da bacia. Os CBHs decidirão, porque na área de
402 domínio é que se sabe da real necessidade da bacia. Salienta que é nesse sentido
403 que a SEMA está trabalhando os procedimentos do FEHIDRO. O conselheiro João



404 Clímaco pede a palavra. Agradece a fala da conselheira Ingrid Leite, e propõe que
405 se crie nesse ambiente da regulamentação do decreto e das atividades do
406 FEHIDRO dentro do CEHIDRO, a regulamentação do artigo 7º onde se fala em
407 diretrizes, pois diretrizes é um termo genérico. Diz que fazer essa diretriz e
408 operacionaliza-la já é uma função que caberia ao CEHIDRO, por isso propõe que
409 se estabeleça uma agenda junto aos CBHs para que eles, até determinada época
410 do ano, estabeleçam quais são as prioridades, inclusive já para o ano de 2022. E
411 essas prioridades viriam para essa Câmara fazer um consolidado, para que as
412 coisas não virem planilhas. Salaria que temos soluções, já executadas em outros
413 estados, em que o Comitê é protagonista de maneira interessante. Acredita que não
414 podemos pensar em aplicação de recursos para eventos, diz ser muito crítico a essa
415 questão de eventos que vira palco político, mas não tem as vezes resultados
416 concretos para resolver algum problema que esteja afetando a população. Salaria
417 que devemos ter esse olhar de evento, mas também de atender demandas
418 específicas que necessitem de um projeto ou de uma ação que demande recursos,
419 para melhorar a situação de um corpo d'água. Diz pensar que é nessa linha que o
420 artigo 7º deve ser regulamentado pelo próprio Conselho através dessa Câmara
421 permanente. O Secretário Executivo destaca que as pessoas pensam que até a
422 compra de um notebook para o Comitê é um ato político, infelizmente. Diz que, se
423 não se engana, em uma reunião do Fórum Estadual de CBHs foi perguntado se já
424 poderiam começar a trabalhar as demandas dos Comitês. Sugere ao Sr. Eliel,
425 Coordenador do FECBH, presente na reunião, que comecem a trabalhar isso no
426 Fórum e a hora que a regulamentação do Fundo estiver pronta, encaminha-se por
427 determinação do próprio Comitê. O conselheiro João Clímaco propõe que nessa
428 Câmara já trabalhe a regulamentação das diretrizes constantes no artigo 7º, do
429 Decreto nº 715/2020. Salaria que isso já daria norte para coisas concretas
430 acontecerem, porque o FECBH pode decidir, que é uma decisão política, de
431 intenção, mas operacionalizar sob o ponto de vista da legalidade o próprio Conselho
432 poderia, dentro de um cronograma, fazer essa proposição, essa agenda. Diz que
433 tudo é político, mas tem que ter alguém para operacionalizar e tomar decisão e sair
434 diretrizes. O Secretário Executivo pergunta ao conselheiro Salatiel Alves, se o



435 mesmo fez uma proposição de criação de uma Câmara Técnica para o FERH. O
436 Conselheiro Salatiel responde que perguntou se esse assunto ficaria dentro de uma
437 das Câmaras. Salaria que a criação de uma nova Câmara lhe parece agora, pela
438 complexidade do assunto, necessária. Então, propõe ao Conselho Pleno a criação
439 de uma nova Câmara específica para dar conta de todos esses incisos do artigo 7º.
440 O Secretário Executivo explica que então o conselheiro deve encaminhar um
441 documento para a Secretaria Executiva, solicitando a criação dessa CT, e na
442 próxima reunião do CEHIDRO se define a composição da mesma. O conselheiro
443 João Clímaco solicita que a proposta do conselheiro Salatiel seja encaminhada,
444 dentro do prazo regimental, para que os demais conselheiros possam fazer
445 contribuições. O Secretário Executivo diz que a Secretaria Executiva encaminhará
446 a minuta para conhecimento e contribuições dos demais conselheiros, e conforme
447 forem encaminhando as contribuições a Secretaria estará esquematizando para
448 apresentar na próxima reunião do Conselho. O conselheiro Salatiel Alves solicita
449 que os conselheiros que não concordam com essa propositura, que se manifestem,
450 para que fique registrado. Não houve nenhuma manifestação contrária. Então,
451 passou-se ao próximo item da pauta, qual seja, a apresentação do Relatório Anual
452 de Certificação do Alcance das Metas do PROCOMITÊS, pelo Sr. Leandro
453 Obadowiski Bruno, Gerente de Fomento e Apoio a Comitês de Bacias Hidrográficas
454 na Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Inicialmente faz um breve relato
455 histórico acerca do PROCOMITÊS; explica o seu funcionamento; o aporte de
456 recursos; as metas a serem alcançadas pelos Comitês; como funciona o cálculo da
457 pontuação; descreve o desempenho do estado até o presente momento; descreve
458 o planejamento para o alcance das metas; aponta os instrumentos de Gestão; as
459 plataformas da ANA, que devem ser alimentadas com informações dos CBHs;
460 explica o processo de Certificação 2021; a pontuação dos 10 CBHs; as atividades
461 desenvolvidas pelos CBHs; e, apresenta um quadro comparativo da Certificação
462 dos anos anteriores. Finda a apresentação, o Secretário Executivo destaca que são
463 11 Comitês instalados no estado de Mato Grosso, mas participam do programa
464 apenas 10 Comitês, porque quando o termo de cooperação foi assinado entre
465 governo do estado de Mato Grosso, através da SEMA, e ANA, eram apenas 10



466 CBHs instituídos. Salaria que caso tenha um segundo ciclo a partir de 2024, a
467 gente consegue incluir o 11º CBH, do Alto Paraguai Superior. Pergunta se alguém
468 tem algum questionamento quanto a apresentação do PROCOMITÊS. Diz saber
469 que o conselheiro Salatiel Alves encaminhou via e-mail alguns questionamentos,
470 pergunta se o Sr. Leandro gostaria de responder direto ou prefere que o conselheiro
471 pergunte. O Sr. Leandro destaca o quão importante foram as contribuições dos
472 conselheiros, em especial as do conselheiro Salatiel. Diz que sempre acaba
473 passando algum item, principalmente no relatório, e as contribuições foram muito
474 importantes para a construção desse documento. Agradece a todos e se coloca à
475 disposição para responder os questionamentos. Destaca que buscou abordar
476 alguns itens que não foram incluídos no relatório, mas que trouxe para a
477 apresentação, como a comparação da obtenção da nota ao longo dos anos e o
478 relatório de execução financeira. O conselheiro Salatiel Alves diz que lhe parece
479 que as perguntas que fez, foram esclarecidas pela apresentação. Salaria que
480 dentro do relatório tem um espaço para colocação das considerações do CEHIDRO,
481 razão pela qual sugere que seja incluída a fala da conselheira Ingrid Leite e
482 conselheiro João Clímaco. A conselheira Inês Martins pede a palavra. Diz que
483 gostaria de fazer uma pergunta/esclarecimento. Salaria que a apresentação sanou
484 muitas dúvidas com relação ao saldo, pois muita gente estava achando que estava
485 sobrando dinheiro e questionando por que não foi aplicado. Destaca que acha ter
486 ficado bem claro essa dificuldade que passamos no ano passado por conta de covid.
487 Diz que gostaria de fazer uma observação quanto a capacitação. Diz que como é
488 focado nos comitês, e os conselheiros têm que fazer esse acompanhamento dentro
489 das Câmaras Técnicas, acredita que os conselheiros devem participar dessas
490 capacitações também. Salaria que tentou fazer cadastro nessa última capacitação
491 que teve na semana passada, mas não conseguiu, apesar de terem dito que os
492 conselheiros poderiam participar. Propõe que caso tenham outras capacitações
493 ainda este ano, que se abra para a participação dos conselheiros do CEHIDRO.
494 Parabeniza o Sr. Leandro pela apresentação, diz que foi muito clara, mesmo que
495 formal e sucinta, mas bastante interessante para que os conselheiros possam ir
496 acompanhando e os novos conselheiros possam conhecer um pouco mais de cada

497 ação dessa. O Secretário Executivo diz que com relação a capacitação, realmente
498 o foco são os comitês. Diz que essa última capacitação, da atribuição dos comitês,
499 teve alguns conselheiros que pediram para participar e a gente abriu. Salienta que
500 se os conselheiros acharem necessário, a equipe pode abrir, via de regra, para a
501 participação dos conselheiros do CEHIDRO já que no formato online cabe todo
502 mundo. A conselheira Inês Martins destaca que nessa última capacitação tentou se
503 inscrever várias vezes, mas não conseguiu, porém, não acionou a equipe da SEMA
504 também. O Secretário Executivo esclarece que para essa capacitação as inscrições
505 deveriam ser feitas com antecedência, para poderem receber o link de acesso. O
506 conselheiro Ibraim Fantin pede a palavra. Parabeniza a apresentação da equipe da
507 SEMA com relação a atuação dos Comitês. Sugere para a melhoria do
508 monitoramento dentro dos Comitês, e essa semana também vimos a divulgação do
509 apoio do laboratório da SEMA em demandas do Comitê. Diz ver como estratégico
510 a ampliação do atendimento para os demais Comitês, pois vê que existe uma
511 demanda interna, porque existe um custo relacionado a monitoramento, que vê que
512 poderia ser uma oportunidade como foi feito o treinamento local das pessoas dentro
513 do Comitê, pelo laboratório da SEMA, o envio do material e aí os Comitês poderiam
514 ficar responsáveis pela coleta e pelo envio do material ao laboratório da SEMA.
515 Salienta que a SEMA tem as suas limitações em questões logísticas, mas acredita
516 que se nós reunirmos esforços, poderíamos ampliar o monitoramento, atender
517 demandas dos Comitês e também atender, se for bem organizado, as metas do
518 QUALIÁGUA. Diz que poderia atender diversas demandas, como já foi uma
519 iniciativa do Comitê da região norte, poderia ser ampliado para os demais, pois seria
520 muito importante dentro desse contexto. O Secretário Executivo diz que de fato a
521 SEMA está atendendo por demanda. Diz que agora foi trabalhado a parte do
522 monitoramento, atendendo à solicitação do Comitê do Médio Teles Pires em relação
523 a balneabilidade naquela região. E a única forma realmente da gente conseguir
524 atender o maior número de rios monitorados é a descentralização, principalmente
525 na coleta. Cita que é muito difícil, por exemplo, sair daqui e ir até Alta Floresta fazer
526 coleta, mas se a gente faz uma parceria com o Comitê do Baixo Teles Pires,
527 automaticamente a gente consegue processar a amostra. Esclarece que as

528 demandas que chegam a SEMA, a gente senta com o Sérgio, que é o coordenador
529 de monitoramento da SEMA, e a gente vê a possibilidade de processamento das
530 amostras, para ver se a gente atende ou não a demanda. Salienta que está sendo
531 feito sim a parceria com outros Comitês, principalmente na coleta e no transporte
532 das amostras, mas a gente analisa a possibilidade em atender a demanda. A
533 conselheira Carolina Ortiz pede a palavra. Agradece ao Sr. Leandro, diz que vê que
534 é um trabalho feito com competência, e foi muito esclarecedor. Diz que quanto a
535 pergunta do conselheiro Ibraim, que foi respondida pelo Noquelli, acha que tudo
536 bem atender por demandas, é necessário, mas um detalhe que acha bem
537 importante, pensando na questão de planejamento, é ter esse planejamento e poder
538 de alguma forma priorizar e dar valor de importância para cada uma das
539 solicitações. Salienta que de repente atender somente pelas demandas é capaz de
540 deixar algum lugar falho. Diz que outra observação que quer fazer é com relação ao
541 processo de construção participativa, porque vê, inclusive, que até dentro do
542 Conselho a gente tem uma estrutura que uma pessoa faz, deixa pronto, e todo
543 mundo depois faz as suas observações e contribuições. Diz que pelo que entende
544 e vê, isso reflete também dentro dos Comitês, que trazer as coisas prontas não
545 inclui as pessoas e não torna o processo participativo, porque quando a gente tem
546 um processo participativo as pessoas se sentem pertencentes aquilo. Destaca que
547 já viu em algumas situações as coisas chegarem prontas e a gente, tudo bem ter a
548 oportunidade de voz, mas de repente poderia ter sido mais construtivo o processo
549 na hora de estar elaborando e ter esse cunho do pertencimento. Ressalta que fala
550 isso em relação também a uma observação no aspecto de avaliação do
551 funcionamento dos Comitês, porque a gente consegue atingir uma meta de 100%,
552 mas em algumas realidades a participação dos membros nos Comitês é
553 praticamente zero. Diz que tem apenas uma pessoa executando e as outras só
554 assinando embaixo, e não entende que isso seja um processo participativo. Salienta
555 que vê isso tanto nos Comitês quanto em algumas estruturas dentro do CEHIDRO.
556 O Secretário Executivo esclarece que quando fala por demanda é porque os
557 Comitês têm um plano de ação, então se esse plano de ação estiver contemplando
558 o monitoramento e se a SEMA puder atender ok, porque se chegar uma demanda



559 de todos os CBHs requerendo o monitoramento de setenta pontos, a SEMA não
560 tem essa capacidade. Salaria que a SEMA aguarda a demanda do Comitê, porque
561 é o Comitê quem tem que achar que é necessário. Destaca que quanto a construção
562 participativa, acredita que quando a gente vai para uma reunião, se você vai com
563 um boneco, é muito mais fácil você criticar esse boneco do que você conseguir
564 construir um boneco do zero de determinado assunto, que as vezes a gente não
565 tem competência, mas isso vai depender da gestão. Destaca que a participação do
566 Comitê do Sepotuba, do Cabaçal e do Alto Paraguai é fundamental para que a gente
567 efetive o primeiro plano de bacia no estado de Mato Grosso, para que seja de fato
568 integrado, descentralizado e participativo. A conselheira Carolina Ortiz pede a
569 palavra. Diz que um dos aspectos do funcionamento que é avaliado é o quórum
570 necessário para a reunião, como se fosse uma avaliação dessa participação.
571 Acredita que pode ser discutido dentro da Câmara Técnica, e diz isso agora porque
572 sentiu isso a poucas semanas, na verdade na semana passada viu isso mais
573 claramente, então de repente estar estimulando essas ações de câmaras técnicas
574 ou grupos de trabalho dentro dos CBHs, porque de alguma forma a gente torna o
575 processo mais participativo e deixa de ter aquela pessoa que faz tudo e traz tudo
576 pronto, porque aí é como se estivesse colocando a participação de mais membros
577 na construção de um documento ou de uma proposta. O Secretário Executivo diz
578 que o CBH do rio Cuiabá, do qual faz parte, já tem uma câmara técnica que discute
579 o assunto e traz para a Plenária, então isso seria interessante replicar aos demais
580 Comitês do estado. A conselheira Carolina Ortiz, propõe que se coloque isso como
581 medida dentro da avaliação do PROCOMITÊS, quantas reuniões e ações de
582 câmaras técnicas existentes. O Secretário Executivo explica que quando a gente
583 fala da avaliação do PROCOMITÊS, isso já vem carimbado pela ANA, mas isso que
584 a conselheira esta sugerindo pode ser um complemento. Cita como exemplo o
585 PROGESTÃO, em que nos formulários onde se tem que explicar determinada ação,
586 tem um espaço de quatro linhas, o que torna o processo complicado. Salaria que
587 realmente essa é uma questão muito interessante, e que é importante trazer os
588 membros para atuarem de fato dentro dos Comitês. Após, passou-se a palavra ao
589 Sr. Eliel, Coordenador Geral do Fórum Estadual de Comitês de Bacias




590 Hidrográficas. Que parabeniza a apresentação do Sr. Leandro Bruno, gerente de
591 fomento e apoio aos CBHs da SEMA e diz que essa gerência tem se comportado
592 como Secretaria Executiva do Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas.
593 Explica que o Fórum é uma instância colegiada que congrega todos os CBHs do
594 estado, e tem nessas metas do PROCOMITÊS uma das principais ferramentas de
595 trabalho e desenvolvimento da gestão dos recursos hídricos no âmbito dos CBHs
596 do estado de Mato Grosso. Salaria que de acordo com a apresentação do Leandro,
597 a participação e a operacionalização do funcionamento dos Comitês teve um
598 avanço significativo a partir de 2019/2020 com o apoio irrestrito do Fórum e a
599 participação de todos os presidentes dos Comitês, Secretários e demais membros
600 no sentido de trazer para os presidentes dos Comitês a importância do cumprimento
601 dessas metas. Diz que a conselheira Carolina Ortiz, que é representante do Baixo
602 Teles Pires, fez uma fala importante, que é uma preocupação que a gestão tem de
603 não só cumprir 100% das metas estabelecidas no programa, mas que esse
604 percentual reflita exatamente lá na área da bacia, esse percentual de avanço desse
605 funcionamento. Então, não apenas o cumprimento de um número específico, mas
606 que esse número realmente represente o avanço do funcionamento dos Comitês,
607 inclusive com a participação. Diz que com o avanço desses instrumentos, a gente
608 tem feito as capacitações no sentido de avançar na representação e
609 representatividade dos membros dos CBHs e ir melhorando mesmo a
610 representatividade desses membros junto ao Comitê. Diz que como tem
611 representantes do setor público, sociedade civil e usuários, somente eles
612 entendendo realmente qual a sua função específica dentro do Comitê é que a
613 participação efetiva vem sendo melhorada. Salaria que é uma preocupação do
614 Fórum e da Gerência a melhoria da capacitação e da formação dos membros do
615 CBH para que eles realmente participem e não fique ali apenas o presidente e/ou o
616 secretário levando as demandas, trazendo quase tudo pronto sem a participação
617 dos demais conselheiros. Após, passou-se a palavra ao conselheiro João Clímaco.
618 Que cumprimenta a todos que antecederam a sua fala e diz se sentir contemplado
619 pela fala especificamente da conselheira Carolina. Diz que gostaria de acrescentar
620 algumas coisas que são da vivência de cada dia, nessa questão da gestão de



621 recursos hídricos sobretudo no Mato Grosso onde a gente tem vivido situações
622 reais, locais, onde nós temos que ter cuidado para que os Comitês se legitimem
623 perante a sociedade como ente que tem identidade social e política e não como
624 órgão burocrático de aprovação de planilha. Diz que a sociedade tem que ter uma
625 ideia de que comitê é um ente da sociedade. Salienta que tem notado que a
626 ausência de posicionamento de alguns comitês diante de assuntos gravíssimos que
627 estão acontecendo com relação aos usos múltiplos da bacia, tem levado a
628 população a ver o comitê como uma coisa de regulação, de gestão burocrática do
629 estado e não como uma organização que tem uma identidade formada pelas
630 identidades da sociedade, pelos vários atores que compõem o aspecto social. Diz
631 que a gente tem que ter esse cuidado e por isso que a fala da Carol tem várias
632 indicações que poderiam ser melhor sistematizadas pela Secretaria Executiva, para
633 que a gente possa levar a uma instância do Comitê, para a gente transformar isso
634 em sugestões para os Comitês poderem fazer esse papel de ser um ente que presta
635 serviço à sociedade e não um lugar onde grupos de interesses se reúnem para se
636 defender do outro. Salienta que está construindo essa opinião e vê que é muito por
637 causa da forma como a gente está tratando essas boas ideias que aparecem, por
638 exemplo no PROCOMITÊS, mas na hora da gente destrinchar essas boas intenções
639 a gente não avança, por isso propõe que a gente crie um aperfeiçoamento dos
640 indicadores de gestão de política, porque na verdade é uma gestão política. Diz que
641 você tratar de decisões relacionadas ao ente e ao bem econômico com a água, você
642 está interferindo nas relações de poder na região, aí o que que acontece, os comitês
643 parecem-me que ficam a margem de algumas questões que estão acontecendo no
644 Mato Grosso no que diz respeito a questão da qualidade da água, os impactos na
645 qualidade e na quantidade da água, do volume hídrico do estado. Salienta que não
646 se vê em nenhum documento, com exceção de alguns, uma mídia ou uma
647 comunicação dos comitês com relação a uma situação que está acontecendo na
648 bacia, e quando isso acontece demandado pela sociedade civil parece que as
649 pessoas se organizam sob tudo o setor econômico, para se proteger e para que
650 aquilo ali não seja evidenciado e não mostre também um protagonismo do Comitê.
651 Destaca que a permanência dessa situação vai gerar um descrédito ao longo do

652 tempo em uma coisa que esta se gastando muito dinheiro e tempo também das
653 pessoas sob tudo da sociedade civil, para fazer com que essa instância seja da
654 sociedade, e não é das ONGs não, e sim de todos os atores sociais. Salaria que
655 ao invés de ver o Comitê como um lugar para se defender interesses localizados,
656 que defendam a política pública e nesse sentido vê que esta muito longe. Diz que
657 na fala da conselheira Carol, ela deu indicativos de como resolver isso, por isso
658 solicita que a gente faça um adendo, porque essas três linhas da ANA realmente
659 transforma a gente em planilha, mas são pessoas de carne e osso que estão
660 sofrendo danos imensos nas bacias, então a gente tem que transformar isso em
661 imagem, em uma coisa que seja visível e que leve os CBHs a serem proativos na
662 solução de problemas. Não quer dizer que necessariamente vai ter que discutir um
663 termo técnico, uma questão técnica do instrumento de gestão, mas tudo passa por
664 instrumento de gestão se for ver direito. Pede a compreensão de que esse relatório
665 é muito insuficiente, olhando por esse ponto de vista e espera que a gente evolua,
666 porque do jeito que esta a sociedade vai criar um ambiente de desconstrução dos
667 órgãos de gestão das águas, que parece que é uma coisa que muita gente esta
668 querendo que aconteça. A conselheira Alessandra Panizi pede a palavra. Informa
669 que precisa deixar a reunião, pois teve um imprevisto. Pede que alguém a
670 represente na fala acerca da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS. O
671 conselheiro Salatiel Alves se compromete em informar o Conselho Pleno acerca
672 dos trabalhos da CTAS. Após, passou-se a palavra ao conselheiro Salatiel Alves.
673 Que diz lhe parecer que há um baixíssimo envolvimento dos Comitês em questões
674 técnicas e políticas. Cita como exemplo o caso do zoneamento, que as discussões
675 já estão aí a um bom tempo e praticamente não se ouve falar ninguém falando sobre
676 a gestão das águas dentro do zoneamento. Sugere a SEMA que reforce o
677 entendimento da política de recursos hídricos dentro do zoneamento, pois parece
678 que não houve essa inclusão desse tema tão importante. Pergunta se os Comitês
679 estão demandando análises químicas e bacteriológicas da SEMA. O Secretário
680 Executivo informa que o Comitê do Médio Teles Pires solicitou a balneabilidade das
681 praias, e a SEMA esta realizando a análise físico, químico e bacteriológico. O
682 conselheiro Salatiel Alves solicita que a SEMA envie a essa Câmara que será



683 criada, essas necessidades com relação a melhoramento do laboratório, questões
684 relativas a compra de equipamentos, de sondas multiparamétricas para os próprios
685 Comitês fazerem as análises iniciais. Diz para passar essas questões para a
686 Câmara para que ela coloque como uma das diretrizes daqui para a frente. O
687 Secretário Executivo informa que a SEMA já disponibilizou uma sonda
688 multiparamétrica para a regional de Sinop, qual atende o Comitê do Alto Teles Pires.
689 Diz que na próxima semana a SEMA estará entregando uma sonda
690 multiparamétrica para a regional de Rondonópolis, que atende o Comitê do São
691 Lourenço e, na mesma semana a SEMA estará atendendo a regional de Barra do
692 Garças, qual atende o Comitê do Alto Araguaia. Salienta que então a SEMA já está
693 realizando o fornecimento de equipamentos, mas a ideia do conselheiro Salatiel em
694 encaminhar as demandas a essa futura Câmara Técnica é muito boa. A conselheira
695 Inês Martins pede a palavra. Diz que para dar uma abrangência na fala da
696 conselheira Carolina, pois ela mexeu muito com a situação que provocou essas
697 falas. Diz ver que é importante a nível de talvez a Câmara Técnica de Gestão
698 Participativa, que a gente possa criar realmente alguns critérios, aprofundar alguns
699 critérios e irá propor isso. Salienta que quando o assunto vem para a Plenária do
700 CEHIDRO já é uma situação que precisa ser mais sucinta, porque a gente vê que
701 as nossas reuniões são longas e tem muitos assuntos. Então a gente precisa já
702 estar com esses documentos, essas propostas já estarem mais alinhadas, e quanto
703 a isso o Noquelli tem razão. No entanto, a gente pode estabelecer dentro dos
704 Comitês uma forma de participação onde se ouve todos e se coloque até assuntos
705 da sociedade. Diz ter achado interessante a ideia do conselheiro Salatiel também.
706 Salienta que a gente possa aprofundar, pois ali é um instrumento, que pode ser um
707 instrumento político, não político no sentido de fazer a política, mas é um
708 instrumento que pode representar a sociedade de uma maneira mais efetiva. E a
709 ideia desses Comitês é justamente de ter a participação da sociedade, de trazer o
710 que esta vivendo a sociedade, pois nosso estado é muito grande e precisa ter essa
711 ponte de informações para que a gente possa estar atuando de maneira efetiva
712 como precisa ser o CEHIDRO. Após, passou-se a palavra a conselheira Ingrid Leite.
713 Que diz ser importante esse contato mais íntimo com essa questão da gestão dos



714 Comitês, e é muito importante que a gente preste atenção na necessidade das
715 ferramentas de avaliação. Salienta que já mencionou, já sugeriu e inclusive a própria
716 SEMA já possibilitou uma primeira ação com relação a gente pensar, e aí é uma
717 proposta, junto com o Fórum e que esse Conselho possa acompanhar também, é
718 que os Comitês possam implementar de fato, trazer para dentro dos Comitês o
719 diálogo de implementar os indicadores de avaliação de governança, que é um
720 instrumento muito importante, porque quando a gente fala de diálogo, de debate, de
721 decisão, a gente tem que entender que são vários Comitês, cada um com uma
722 realidade e que não existe um nivelamento. Diz que é esse, inclusive, o ponto que
723 faz com que cada Comitê seja específico ou não. Salienta que seu sonho é que
724 todos os Comitês funcionem plenamente, mas a gente sabe que na prática, muitas
725 vezes não funciona assim. Destaca que acredita no instrumento de avaliação de
726 indicadores de governança, porque cada Comitê faz uma autoavaliação, a avaliação
727 parte do olhar de quem está ali sentado. Então, o Comitê sim terá que fazer um
728 esforço para trazer os seus membros, para fazer esse diálogo, porque aí a gente vê
729 essa importância. Salienta que o conselheiro Salatiel está corretíssimo no sentido
730 de que os Comitês deveriam estar discutindo água lá no zoneamento, a gente sabe
731 disso, mas que é aquilo né, são níveis diferentes de formação e os Comitês estão
732 se estruturando. Diz que agora uma avaliação de governança a gente conseguiria
733 ver qual é o ponto que cada Comitê precisa melhorar. Diz acreditar que a Câmara
734 Técnica de Gestão Participativa possa contribuir com esse processo, e aí a gente
735 ter um panorama e possa pensar em uma avaliação paulatina, a longo prazo,
736 através dos indicadores de governança dos observatórios da água, que já é um
737 instrumento que existe. Então, seria ótimo para implementar e trazer uma qualidade
738 para que cada Comitê veja onde precisa melhorar, quais temas que realmente quer
739 debater dentro do espaço, pois o que acontece muitas vezes é que naquela bacia
740 hidrográfica nem se sabe exatamente o que o Comitê faz, e é por isso que muitas
741 vezes ele fica esvaziado. E quem trabalha diretamente e quer ver o seu problema
742 resolvido, também as vezes não entende e fica um pouco confuso. Salienta que
743 acredita que nesse momento, trazer os indicadores de governança para os Comitês
744 ajudaria bastante, e ajudaria a alinhar, por mais que pareça que é longo, que não é



10

745 objetivo, um pouco mais para a frente a gente vai ver o resultado, pois vai ver qual
746 a necessidade de cada Comitê. Salaria que estamos tratado de assunto
747 relacionado a pessoa, então infelizmente não se resolve só em uma planilha. Nesse
748 sentido, indica que esses indicadores de governança podem ser tratados em
749 Câmara Técnica específica e ser trabalhado nos Comitês. Possibilitaria trazer a
750 qualidade e ver o que precisa ser melhorado, não só do ponto de vista de quem
751 esta no Comitê, de quem esta participando ou não, mas da própria gestão da água
752 compartilhada e do planejamento dos múltiplos usos, porque isso é diálogo, isso é
753 debate. O Secretário Executivo diz achar que antes de trazer isso para o CEHIDRO,
754 se deva discutir isso junto ao Fórum Estadual de Comitês. Pergunta se os Comitês
755 querem fazer essa governança, porque já ouviu alguns Comitês falarem que não
756 querem fazer, porque é um monte de formulário, é um monte de coisa, um monte
757 de trabalho, um monte de informação. Destaca que é muito importante essa
758 discussão de trazer a governança, mas propõe que, como encaminhamento,
759 primeiramente deve ser discutido arduamente dentro do Fórum Estadual de
760 Comitês, porque aí agrega os 11 Comitês. O conselheiro João Clímaco pede a
761 palavra. Diz que vê que a gente não pode criar um produto na cabeça, quer dizer,
762 indicadores de governança é fundamental e a conselheira Ingrid foi muito feliz nessa
763 proposta. Contudo, a gente tem que ver que esse é um conceito que nos remete a
764 vários tipos de interpretação. Diz que existiu no Conselho Estadual de Minas Gerais,
765 onde tiveram contato, e esse ano passaram para nova entidade, porque o FONASC
766 não pretende ficar anos no mesmo Conselho, uma vez que busca fomentar a
767 participação da sociedade. Diz que passaram por uma discussão onde foi criada
768 uma série de indicadores que era para a eficiência do Comitê, para essa entidade
769 ficar apta, inclusive para poder ter acesso a algum recurso. Então, existe uma
770 preocupação com isso que diz respeito a coisas bem concretas, por exemplo,
771 quantas resoluções o Comitê fez a partir de uma demanda da sociedade, não uma
772 demanda do órgão gestor, qual o nível de representatividade que tem no Comitê,
773 dentro de um Fórum ou dentro de um colegiado outro qualquer, a partir de uma
774 dinâmica mais transparente e horizontal possível. Quantas resoluções ou moções
775 o Comitê emitiu com relação a um problema que esta acontecendo na bacia, é




776 preciso que a sociedade veja o Comitê como esse espaço de construção de ideias
777 e propostas que vão de encontro das demandas da sociedade, e não a gente ficar
778 dando conta de uma agenda burocrática. Salienta que ficou muito satisfeito com as
779 ideias e espera que o Conselho nas suas Câmaras e nas demais agendas que
780 forem fazer, possa ajudar os Comitês a ser assim, se não a gente vai acabar criando
781 um monte de mostrengo burocrático que, como já existe em várias partes do Brasil,
782 só para dar palco político para pessoas que não conseguem ter essa visão de um
783 Comitê útil a sociedade. Diz que espera que dessa conversa a gente consiga pegar
784 todas essas ideias e transformar em diretrizes para fazer os Comitês serem mais
785 eficientes, mais eficazes enquanto ente de política pública. Após, passou-se ao
786 próximo item da pauta. A aprovação da Minuta de Resolução nº 138, que aprova as
787 metas do PROCOMITÊS. O Secretário Executivo salienta que as metas foram
788 apresentadas na Câmara Técnica de Gestão Participativa, de como esta
789 acontecendo o desenvolvimento do programa. Diz que a ANA mandou bem em cima
790 da hora outras alterações, que a equipe já fez, porque são necessárias. O
791 conselheiro João Clímaco pede a palavra. Diz que sem prejuízo a aprovação da
792 Resolução, solicita que se considere a proposta do FONASC de que tudo que foi
793 falado pelas pessoas que estão aqui, foram coisas interessantes e que sejam
794 sistematizadas e levadas a Câmara competente para otimizar o próximo relatório e
795 também sair diretrizes mais objetivas para os Comitês. O conselheiro Salatiel Alves
796 pede a palavra. Diz ter entendido que esses comentários seriam incluídos na página
797 7 do relatório, pergunta se é isso mesmo. O Sr. Leandro responde que nesse campo
798 deve ser incluído as considerações, a visão do CEHIDRO quanto a apresentação,
799 quanto aos resultados do programa. O Secretário Executivo diz que acha que
800 alguém, fora a SEMA, tem que fazer isso, porque a gente já está muito acostumado
801 a trabalhar com os três relatórios e a gente pode não ter um texto que agrada. Então
802 a gente aguarda, até no máximo segunda-feira, uma síntese do que foi falado pelos
803 conselheiros, porque aí exige o posicionamento da SEMA e realmente coloca a fala
804 dos conselheiros dentro desse local do relatório. O conselheiro Salatiel Alves diz
805 que então nós aprovamos a resolução e fica o compromisso da SEMA de incluir
806 esse texto síntese dentro do relatório, pergunta se é isso mesmo. O Secretário



807 Executivo diz que sim, que os conselheiros podem discutir entre si, ou caso os
808 conselheiros enviem ainda hoje, a Secretaria Executiva pode replicar aos demais.
809 Os conselheiros João Clímaco e Ingrid Leite se comprometem a sintetizar o que
810 disseram e enviar a Secretaria Executiva para que seja incluído no relatório. O
811 Secretário Executivo pergunta se podemos aprovar a Resolução com o
812 comprometimento da Secretaria Executiva de incluir esse texto que será formulado
813 pelos conselheiros na página 7 do relatório de gestão que será enviado a ANA. Não
814 houve nenhuma manifestação e a Resolução nº 138 de 08 de julho de 2021 fora
815 aprovada por unanimidade, sem nenhuma alteração. Após, passou-se ao próximo
816 item da pauta. A aprovação da Minuta nº 139, que institui a Câmara Técnica de
817 Acompanhamento de Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos
818 D'Água em Classes. O Secretário Executivo explica que essa Câmara Técnica é
819 presidida pelo conselheiro Jhonatan Silva e tem como relatora a conselheira Inês
820 Martins. Diz que a Câmara Técnica se reuniu e decidiu fazer algumas atualizações
821 na minuta que a institui, conforme parecer encaminhado a todos os conselheiros. A
822 conselheira Inês Martins esclarece, como relatora dessa Câmara Técnica, que é
823 algo simples, que houve uma discussão na CT e foi sugerido alguns ajustes. Aponta
824 que foi exposto que não há nenhuma CT que trata dessa parte de enquadramento
825 d'água e é algo importante, então é importante que ela apareça também no nome
826 da Câmara Técnica. Diz que foram poucas alterações e acredita que todos tenham
827 visto, e caso tenham alguma dúvida, se coloca à disposição para esclarece-la. O
828 Secretário Executivo abre para que os conselheiros se manifestem, caso tenham
829 alguma contribuição, dúvida ou sugestão de melhoria. Diz que essa minuta revoga
830 a Resolução nº 11/2007, que é a CT de Acompanhamento do Plano Estadual de
831 Recursos Hídricos, que agora passa a ser a Câmara Técnica de Acompanhamento
832 de Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos D'Água em Classes,
833 dando maior visibilidade, maior relevância ao tema e inclusive poderá tratar do
834 Plano de Bacia que esta sendo trabalhado na P2 e P3. Colocada em votação, a
835 Resolução nº 139 de 08 de julho de 2021, fora aprovada por unanimidade, sem
836 nenhuma alteração. Na sequência, passou-se ao próximo item da pauta. A
837 deliberação acerca das propostas do Instituto Ação Verde, de Moção de Repúdio ao

838 pronunciamento do Conselheiro João Clímaco da FONASC; e, criação de uma
839 Comissão de Ética para analisar possíveis descumprimentos, pelos Conselheiros,
840 do artigo 19, item X e do Artigo 20, item II do Regimento Interno do CEHIDRO. O
841 Secretário Executivo solicita que o conselheiro Salatiel Alves exponha as razões
842 pelas quais propôs tais deliberações. O conselheiro Salatiel Alves diz que se faz
843 importante que o conselheiro João Clímaco esteja presente na reunião. Salaria
844 que todos os conselheiros ouvirem ou virem o vídeo. Diz que fez uma consulta a
845 pouco e verificou que o vídeo ainda está ativo, então lhe parece que o conselheiro
846 João Clímaco continua com aquelas posições que estão no vídeo. Destaca que
847 todos aprovaram essa pauta, a exceção de um dos conselheiros, e uma das coisas
848 mais importantes que tem no vídeo é a fala do conselheiro João Clímaco com
849 relação a uma representação judicial junto ao Ministério Público contra o CEHIDRO.
850 Diz que quer fazer algumas considerações antes da gente entrar propriamente
851 nessa moção e na criação da Comissão de Ética. Diz ver de forma bem ampla que
852 a humanidade está desenvolvendo o entendimento sobre as questões ambientais,
853 e isso é relativamente recente, no século XX é que se começou a trabalhar com
854 essas questões. Então vê a formação de Comitês, a formação de Conselhos relativo
855 a recursos hídricos, ao meio ambiente, como uma situação que está em construção,
856 então estamos todos aprendendo. Destaca que lhe soou muito dissonante a fala do
857 conselheiro, principalmente por se utilizar de uma mídia social que tem um alcance
858 muito grande, e que acusou a todos os conselheiros, porque falou do Conselho e
859 não propriamente de uma ou outra pessoa, atingiu de forma assim muito vil,
860 principalmente os funcionários públicos tanto a nível estadual como a federal. Diz
861 que lhe pareceu muito ruim essa fala do conselheiro e lhe parece que se enquadra
862 no artigo 19, item X e artigo 20, item II do Regimento Interno do CEHIDRO. Destaca
863 que por isso fizeram essa proposta de criação de, primeiro uma Comissão de Ética,
864 não necessariamente que aqui nesse momento a gente resolva o que fazer, mas
865 criar uma Comissão de Ética que seja paritária e que analise o que o conselheiro
866 João Clímaco falou e resolva se realmente se enquadra dentro desses itens dos
867 artigos 19 e 20. Salaria que lhe parece que é a primeira vez que isso acontece no
868 CEHIDRO, e para que não se repita é importante que nós analisemos essa questão

3

JO

869 com muita seriedade que o caso requer, porque os conselheiros não são pagos
870 para atuar dentro do CEHIDRO. Salienta que o serviço dos conselheiros é um
871 serviço de cunho social e não temos advogados para nos defender com relação a
872 uma representação junto ao Ministério Público. Diz que trabalhou na SEMA de 2005
873 a 2010, e até brinca muito com essa questão de que tem um currículo muito bom,
874 não foi preso nesse período. Diz que o Noquelli e todos os funcionários da SEMA
875 lhe acompanharam, e é uma brincadeira séria, e não precisou gastar dinheiro com
876 advogados para poder se defender. Salienta que não quer ter que passar por essa
877 situação agora, sem que haja efetivamente um posicionamento do CEHIDRO com
878 relação ao que o conselheiro falou, porque se for o caso dessa Comissão, ela vai
879 lhe dar as bases para se defender com relação ao processo jurídico individual,
880 assim como a todos os outros conselheiros também. Porque o conselheiro João
881 Clímaco nos acusou de várias situações aí e não apresentou provas, não
882 apresentou justificativas para o que ele falou. Solicita que os conselheiros se
883 manifestem sobre essa situação e o próprio conselheiro João Clímaco também se
884 manifeste, porque viu que o vídeo continua no YouTube, então quer dizer que
885 mesmo depois do Conselho científicá-lo de que haveria um tratamento dessa
886 questão no Conselho, ele continuou com o vídeo no YouTube. Diz que isso lhe
887 parece muito grave. O Secretário Executivo diz que com a explicação do conselheiro
888 Salatiel, e é uma coisa nova, no CEHIDRO nunca teve uma Comissão de Ética,
889 solicita que os conselheiros se manifestem. A conselheira Inês Martins diz que vê
890 que estamos vivendo um momento até do excesso da manifestação, que passamos
891 por momentos que não tinha nenhuma e hoje a gente tem justamente o inverso. Diz
892 não ver a necessidade da implantação de uma Comissão de Ética, porque
893 realmente é uma coisa que leva a uma situação muito pesada, mas ao mesmo
894 tempo entende essa preocupação do Salatiel em não ter nenhuma manifestação
895 nossa como Conselho, como CEHIDRO. Diz achar que o que poderíamos criar, em
896 uma forma intermediária seria construir uma nota, não sabe se de advertência ou
897 outro nome, mas que a gente pudesse preservar esse instrumento que nós temos
898 na mão, que é um instrumento muito forte da sociedade que é um instrumento onde
899 a gente pode colocar todas as situações nesse tema dos recursos hídricos, que é

900 tão essencial a todos no estado de Mato Grosso. Acha que poderíamos minimizar
901 um pouco isso, conversar com João, porque ele esta conosco todas as reuniões e
902 pedir essa compreensão em termos dessa fala dele, e até se justificar talvez nesse
903 próprio vídeo, porque é algo muito sério e que a gente não pode levar isso a frente,
904 porque as consequências acabam sendo mais desgastantes para o próprio
905 instrumento. Então se queremos crescer, crescer como instrumento que a
906 sociedade adquiriu com muita dificuldade, com muito tempo lutando por isso, e que
907 a gente não pode pôr a perder na situação. Diz que estamos avançando,
908 substituímos, colocamos pessoas que estão sempre se renovando nesse Conselho
909 e que podem trazer sempre resultados melhores, é o que buscamos. Após, passou-
910 se a palavra ao conselheiro Ibraim Fantin. Que diz discordar do colega e faz duas
911 ponderações, que acredita ser importante. Diz que primeiro não concorda com o
912 que o João Clímaco colocou lá da interpretação que ele faz sobre as atribuições do
913 Conselho para debater o rio Cuiabá, porque vê que esta fora da nossa área de
914 atribuição. Então não caberia ao CEHIDRO discutir esse tema já que o rio Cuiabá
915 é de dominialidade da União, no máximo, talvez algumas recomendações para o
916 CNRH. Destaca que o outro ponto que vê, já que assistiu ao vídeo com bastante
917 cuidado e viu as palavras, e vê que o discordar esta dentro da razoabilidade. E vê
918 que já houve vezes anteriores que houve discordância nas decisões do Conselho e
919 que isso foi levado a judicialização de algumas ações, o que acredita ser
920 completamente normal e pertinente. Diz que o contraditório é salutar, então não vê
921 um problema, uma vez um dos conselheiros sinta que seus direitos não esta sendo
922 contemplado nas decisões do Conselho, não vê problema nenhum que ele possa
923 recorrer e buscar os seus direitos. Diz que estamos dentro de uma coletividade e
924 que a visão é coletiva, e o Conselho tem as suas representações e o contraditório
925 é sempre importante para os múltiplos olhares. Diz que cabe a gente discutir isso,
926 mas sua preocupação é uma vez o Conselho entender por algum tipo de
927 penalidade, será que faremos isso todas as vezes que algum dos segmentos não
928 se sentir contemplados em uma decisão do Conselho e recorrer à justiça, nós
929 abriremos processo contra o conselheiro, será que teremos que recorrer todas as
930 vezes que um dos nossos colegas recorrer sobre essa decisão. Coloca essa



931 reflexão, e diz ver que cabe a nós discutirmos e apresentar fomento, discussões
932 sobre determinados temas, inclusive alguns equívocos de interpretação, como vê
933 que foi colocado. Na sequência, passou-se a palavra a conselheira Lucélia Avi. Que
934 diz acreditar que a criação de uma Comissão de Ética, não irá trazer nenhum
935 problema para a gente enquanto conselheiro. Acredita que a criação da Comissão
936 irá ajudar, porque seria uma esfera na qual a gente pode, no momento que algum
937 conselheiro se sentir lesado, ou até mesmo mais de um, levar para discussão nessa
938 Comissão de Ética e tentar resolver nessa esfera do Conselho mesmo, para não
939 ocorrer essas questões de judicialização e processos administrativos, que talvez vá
940 até gastar muito mais tempo da gente. Então acredita que a criação de uma
941 Comissão de Ética, para a gente tentar resolver isso nessa esfera sem deixar esse
942 assunto avançar para frente. Diz acreditar que a criação de uma Comissão de Ética
943 não vai lesar ninguém e ela não precisa ser algo permanente, e ser demandada
944 conforme a demanda de um conselheiro onde um grupo vai avaliar essa demanda
945 e essa necessidade de se trabalhar esse assunto, se vai se fazer advertência
946 depois, se vai fazer cartas de repúdio ou se vai fazer uma moção, o que vai ser
947 tomado de decisão lá, a gente tem que criar essas regras. Mas acredita ser
948 pertinente sim, porque a gente tem muitas pessoas que acabam abusando muitas
949 vezes, mesmo que é avisado, que é falado sobre os posicionamentos, acabam
950 ultrapassando os limites e lesando outros setores e outros membros. Acredita que
951 é interessante sim a sugestão do conselheiro Salatiel em criar uma Comissão de
952 Ética. Após, passou-se a palavra a conselheira Sibelle Jakobi. Diz que o vídeo foi
953 bem direcionado aos vários servidores da SEMA, em vários momentos ele cita que
954 servidor esta analisando e não esta, entende que a gente é tendencioso. Diz que
955 dentro do Conselho representa a SEMA e esta falando em nome dos seus colegas,
956 e são favoráveis sim a criação dessa Comissão de Ética. Acha que é fundamental,
957 até porque a gente não pode aceitar, tanto como conselheiro como os demais aqui,
958 a gente não pode aceitar que as pessoas saiam falando as coisas sem terem uma
959 responsabilização pelo que ela esta falando. A pessoa quando coloca as coisas ela
960 tem que ter a liberdade de expressão, mas ela também tem que arcar quando ela
961 ataca a ética, quando ela ofende as pessoas, e foi exatamente o que aconteceu



962 nesse caso. Salienta que a criação da Comissão também é importante porque
963 dentro da Comissão haverá a oportunidade da pessoa se defender, vai ter a
964 oportunidade de se explicar, será garantida sua ampla defesa. Expõe que no
965 formato proposto a Comissão será tripartite, tendo todos os setores representados,
966 não será uma Câmara que será acionada quando um setor considerar que não foi
967 atendido na deliberação do CEHIDRO, como o conselheiro Ibraim colocou, muito
968 pelo contrário, é quando a pessoa tiver atitudes que ofendam pessoalmente, que
969 ele saia da ética atuando como funcionário público. Destaca que a partir do
970 momento que vocês estão aqui atuando como conselheiros, é considerado uma
971 função de relevante valor social e vocês respondem sim como funcionários públicos.
972 Então vocês têm o dever, todos aqui, de seguir o Código de Ética, como é um
973 Conselho Estadual, é a Lei Complementar 04. Diz que quer sim, como Analista de
974 Meio Ambiente da SEMA, como representante da SEMA nesse Conselho, quer que
975 caso essa Comissão de Ética seja aprovada, sugere que o primeiro caso a ser
976 analisado, seja esse vídeo, porque ele ofendeu o Conselho, ofendeu diretamente
977 os seus colegas e ela, como servidora pública, e acha que esse é o tipo de coisa
978 que o Conselho não pode ficar calado, porque como funcionários públicos, ofendem
979 a todos os conselheiros, sejam membros dos Comitês. Salienta que todo mundo a
980 partir do momento que esta exercendo uma função dentro de um Conselho, de um
981 Comitê, que torna-se membro, ele esta atuando como funcionário público, não
982 recebe salário, mas tem sim o dever de agir com ética. Na sequência, passou-se a
983 palavra ao conselheiro Marcelus Mesquita. Que diz concordar com a colocação do
984 conselheiro Salatiel, primeiro quanto a Moção, caso se vote hoje, e depois quanto
985 a criação da Comissão. Salienta que a ofensa continua, diz que foi debatido, estava
986 exaltado, ofendeu empreendedores, técnicos, todo o sistema de licenciamento e
987 depois, nós agora estamos decidindo se devemos punir ou não. Destaca que cada
988 um deve arcar com as suas responsabilidades com a sua fala e com a sua decisão.
989 Diz que naquele momento ele teve essa decisão e o desejo de ofender e acusar, e
990 agora não se pronuncia, deveria se pronunciar sim, até para se defender. Diz que é
991 favorável que o Conselho vote a Moção, até para que isso não venha a se repetir.
992 Após, passou-se a palavra ao conselheiro João Clímaco. Que diz que esta na



993 reunião e ouviu a todas as falas, que participa de vários Conselhos de estado do
994 Brasil e também do CNRH, então tem uma tranquilidade para dizer que a questão
995 da Comissão de Ética em alguns existe e em outros não existe. Diz que até foi
996 questionado uma vez por uma Comissão de Ética, é uma coisa normal até porque
997 é um espaço de discussão política e ela tem que estar dentro da ética, dentro de
998 certo parâmetro. Diz que entende esses parâmetros como uma coisa que não
999 significa uma ofensa pessoal as pessoas. Então a gente tem que trabalhar de uma
1000 maneira que não tenha que levar em conta, eu, unilateralmente, atingir ou ofender
1001 pessoalmente as pessoas. Agora nós todos estamos, como foi dito, em uma função
1002 com responsabilidade pública, nós estamos dentro de um papel, dentro de uma
1003 política pública, nós estamos dentro de uma instância que é uma instância de estado
1004 e como tal a gente age dentro dessa dimensão, uma dimensão onde tem relação
1005 de poder, relações de interesses muito expressivos e nesse espaço público, de uma
1006 política pública os cidadãos se colocam, se afirmam e lutam por seus interesses.
1007 Diz que nunca viu em todos esses Conselhos que vê acontecer de meio ambiente,
1008 de política, nenhum Conselho querer se manifestar de uma maneira unilateral e criar
1009 um consenso em torno de uma fala e de um posicionamento político de um
1010 conselheiro ou de um membro desse colegiado, que não foi um posicionamento
1011 direcionado a nenhum pessoalmente, mas que pelo menos ao que parece, serviu
1012 para as pessoas refletirem qual é o seu papel nesses lugares. Diz que tem muita
1013 consciência do seu papel, e deve satisfação as pessoas a que representa, e não é
1014 aquele colegiadozinho pequeno que votou na gente lá no dia não, nós somos
1015 representantes da sociedade civil, nós somos representantes dos interesses dos
1016 pescadores, dos ribeirinhos e de uma rede imensa de cidadãos que estão sendo
1017 prejudicados pela falta de eficiência ou eficácia de uma política pública e essa
1018 avaliação é um direito que ele, enquanto cidadão e enquanto membro de um
1019 Conselho, enquanto membro de vários Conselhos de política pública, se posiciona.
1020 Diz que não é a primeira vez, que tem sérias críticas à atuação e a situação de como
1021 esta sendo gestada a política de recursos hídricos e isso é público, não é só esse
1022 vídeo não, existem vários vídeos. Diz que os conselheiros nunca ouviram falar de
1023 ninguém porque até algumas pessoas ele possui uma relação de muita cordialidade,



1024 então é a primeira vez que um estado da unidade da federação brasileira, os
1025 conselheiros resolvem achar que podem pegar uma questão pessoal e trazer para
1026 a instância pública como se a instância pública fosse privada. Diz que a instância
1027 pública esta sujeita realmente a avaliações. Diz que ontem o comando das forças
1028 armadas reagiu de uma maneira muito forte a um posicionamento de um Senador
1029 que estava no seu pleno exercício da sua competência dentro da CPI da Covid, que
1030 matou tanta gente, que agora estamos vendo a esculhambação que foi, que não
1031 saía a vacina enquanto tinha uma treta lá dentro dos órgãos públicos para poder
1032 não liberar e comprar de outro jeito. Salienta que houve um procedimento e as
1033 pessoas dentro da lógica democrática reagiram, o estado maior do exército falou.
1034 Diz que adora quando vai a Mato Grosso do Sul e quando esta no Mato Grosso
1035 porque vê as bases aéreas defendendo a soberania do Brasil e tem a sensação
1036 mesmo real que é Brasil, que a lei, que o estado de direito e que a institucionalidade
1037 do estado brasileiro esta ali, porque fora disso sente que a um relaxamento muito
1038 grande e reinterpretação da legislação em torno de não sabe o que, como se
1039 estivesse em outro país. Diz que é o caso do CEHIDRO, as propostas que fez para
1040 regulamentação para discussão de uma questão que foi colocada com relação as
1041 PCHs no rio Cuiabá, ela foi encaminhada através de Ofício, com todos os artigos
1042 que davam a justificativa a sua solicitação e esses artigos da lei brasileira, da
1043 República Federativa do Brasil, foram sumariamente assim decidido num colegiado
1044 que através de machismo não estabeleceram o contraditório para dizer se estava
1045 bem fundamentado ou não, para dizer que esse Conselho poderia decidir ou ter
1046 opinião sobre esse assunto. Diz que isso é de uma vulgaridade tão grande que o
1047 levou a pensar que esse Conselho é diferente do resto do Brasil, diz não saber se
1048 é porque esta na fronteira e esta longe do centro de construção da cidadania e da
1049 lei do Brasil, que as pessoas se acham no direito de achar que usar uma instância
1050 legal, uma instância que esta dentro da Constituição brasileira para as pessoas
1051 decidirem em torno de achismo e fazer decisões sumárias e achar que isso, sem
1052 nenhum respeito ao papel do conselheiro que estabeleceu uma fundamentação
1053 legal, extremamente rica. Salienta que aí não tem contraditório, não tem nada, a
1054 última reunião pela ata que viu, virou um assunto que não esta sendo, como se



1055 fosse a plenária de um grupo de pessoas que majoritariamente são de outros
1056 segmentos, as ONGs aí têm cinco segmentos e ainda tem algumas que são
1057 financiadas pelo setor usuário como se uma falsidade ideológica fosse
1058 tranquilamente aceita como é em vários lugares do Brasil. Agora querer privar o
1059 conselheiro de ter uma opinião sob um órgão público, que isso aí não é um clube
1060 de serviços nem uma associaçãozinha de amigos. Aí o cidadão que não participa
1061 disso, não pode se manifestar fora dele porque quem esta dentro do Conselho e
1062 toma decisões equivocadas se acha prejudicado. Sugere a essas pessoas que
1063 estão se sentindo inconformadas que podem mover uma ação contra ele. Salienta
1064 que não atingiu ninguém pessoalmente, que o Conselho enquanto estrutura de
1065 estado é falho, ele esta insuficiente. Diz que essa é uma opinião que ele tem o direito
1066 de dizer em qualquer lugar do Brasil. O Secretário Executivo diz que esta todo
1067 mundo pedindo para o conselheiro encerrar a sua fala. O conselheiro João Clímaco
1068 prossegue dizendo que deve satisfação a essas pessoas que lhes permitiram estar
1069 no Conselho para representá-las. O conselheiro Marcelus Mesquita solicita ao
1070 Presidente que conceda um minuto para que o conselheiro João Clímaco finalize
1071 sua fala, pois se não ele não irá parar de falar. O conselheiro João Clímaco continua
1072 sua fala dizendo que as pessoas do Conselho estão querendo lhe privar do direito
1073 de petição, restringir o seu direito de petição. Diz que fez uma petição ao Conselho
1074 que foi levada de uma maneira vulgar, que o Conselho tem que respeitar o
1075 conselheiro. O Secretário Executivo diz que não conseguiremos chegar a um
1076 consenso, cada um vai falar e defender a sua parte. O conselheiro João Clímaco já
1077 falou bastante, já se defendeu e tem mais conselheiros aqui que tem o mesmo
1078 direito a voz e todos estão pedindo para colocar em votação essa Resolução.
1079 Pergunta se o Conselho vai ou não criar essa Comissão de Ética. A conselheira
1080 Inês Martins diz que é contra a criação da Comissão, mas não é contra a resposta
1081 que deve haver do Conselho. O conselheiro Ibraim pede desculpas a conselheira
1082 Sibelle, diz que achou que estava sendo tratada especificamente do trecho da fala
1083 que tratava sobre a não deliberação sobre as PCHs no rio Cuiabá. Diz que não se
1084 atentou para outros trechos. Diz que é passível de recorrer, é salutar recorrer, mas
1085 realmente essas questões e outras de responsabilização de funcionário público é

1086 muito pertinente. Diz ser favorável à criação da Comissão de Ética. A conselheira
1087 Telma Monteiro, diz que é a primeira reunião que esta participando, que esta
1088 retornando ao Conselho, ficou um longo período distante do Conselho. Diz que
1089 gostaria de manifestar que não tem conhecimento do que realmente esta sendo
1090 discutido nesse momento, vai se inteirar. Diz que é favorável a Moção, que se a
1091 Comissão estiver amparada no regimento interno do CEHIDRO também é favorável,
1092 mas se abstém de qualquer outro tipo de votação, de ação judicial, pois não
1093 conhece o fato. A conselheira Ingrid Leite diz que como já foi levantado aqui, ainda
1094 acredita nesse espaço como um espaço de debate. Diz ser contrária a Moção,
1095 porque acredita que isso pode ser dialogado aqui dentro dessa instância. Diz que
1096 esse assunto ficou mais para o final, esta todo mundo cansado, muito fala, fala,
1097 muito troca, troca. Diz acreditar ainda que as pessoas podem falar o que elas acham
1098 e os que são contrários podem rebater o que pensam. Diz que concorda com o
1099 conselheiro João Clímaco que não foi levantado o nome de ninguém, agora se
1100 realmente alguma instância se acha contrária, porque se sentiu ofendida, que se
1101 fale, mas vindo desse Conselho, porque um conselheiro levantou uma opinião
1102 contrária, o que é extremamente salutar em qualquer diálogo, ela é contrária. Diz
1103 ser contra a Moção e a criação dessa Comissão de Ética. O conselheiro Marcelus
1104 Mesquita pergunta se ficou claro o seu voto. O Secretário Executivo responde que
1105 anotou que o conselheiro Marcelus é favorável. O conselheiro Marcelus confirma.
1106 Após, passou-se a fala ao conselheiro Rafael Rodrigues. Que diz que a SINFRA é
1107 a favor da Moção e da criação da Comissão de Ética. Destaca que não gostou da
1108 posição que o conselheiro João Clímaco teve agora, falando que por nós estarmos
1109 na fronteira talvez estejamos mais distantes da civilização e por isso tenhamos
1110 interpretado a lei de uma forma equivocada. Destaca ainda que não é questão de
1111 opinião, é a maneira como o conselheiro João Clímaco se posicionou. Diz que se
1112 sentiu ofendido, assim como várias pessoas aqui se sentiram. Salienta que opinião
1113 é uma coisa, e ética e posição é outra coisa totalmente diferente. O conselheiro
1114 Álvaro Leite diz ser a favor das duas propostas, até porque a gente tem que se
1115 posicionar diante de uma fala, de um vídeo, e essa história de dizer que não
1116 individualizou ninguém, ele nem precisa dizer isso, porque ele falou do Conselho



1117 inteiro. Diz que então estamos todos nós dentro, inclusive a colega conselheira
1118 Ingrid. Salienta que o Conselho precisa estabelecer uma sequência de ritos onde
1119 todos podem manifestar, porém toda vez que a gente sentir que não teve a sua
1120 proposta, que teve algo que não foi analisado ou que entenda que não foi analisado
1121 devidamente, recorrer a denúncias vai ficar extremamente complicado a gente fazer
1122 uma gestão que tenha resultado excelente para todos. Finaliza sua fala dizendo que
1123 é a favor da Comissão e da Moção de repúdio. A conselheira Carolina Ortiz pede a
1124 palavra. Diz que vê de uma forma que acredita que se for para se fazer uma Câmara
1125 Técnica, montar uma Comissão de Ética, o que acha super válido e saudável,
1126 principalmente na questão das ofensas, porque uma coisa é você colocar a sua
1127 opinião, outra coisa é você acusar e ofender as pessoas. Então nesse sentido, e
1128 para que se tenha um entendimento mais amplo, a ética, diz que concorda com o
1129 Rafael, ela é muito mais saudável porque em um ambiente coletivo, de decisões e
1130 político, não acredita que a ofensa deve ser utilizada, muito pelo contrário, diz
1131 acreditar no diálogo. Salienta que estabelecer aí critérios éticos de conduta se faz
1132 necessário. Se posiciona a favor, mas não como uma forma de retaliação e nem de
1133 uma forma de anular a posição e a postura do membro do Conselho. Finaliza
1134 dizendo que a favor da criação da Comissão de Ética. Após, passou-se a palavra a
1135 conselheira Zenilda Lima. Que diz que ouviu tudo e é muito importante esse
1136 posicionamento. Se manifesta a favor da Comissão de Ética, não em virtude dessa
1137 questão específica, mas acha que é salutar e se não fosse necessário, se nós
1138 enquanto seres humanos, enquanto integrantes de uma sociedade,
1139 conseguíssemos agir com ética em todas as situações, se tivéssemos boas
1140 maneiras a preservar, não precisaríamos de leis inclusive. Salienta que então, não
1141 por essa questão específica do colega, porque tem que haver manifestação sim,
1142 cada um tem que expor sua opinião, mas sempre com muito respeito. Diz que é a
1143 favor da Moção e da criação da Comissão de Ética, para discutirmos inclusive outras
1144 questões. O Secretário Executivo informa que o conselheiro Claudionor Angeli esta
1145 do seu lado e esta se posicionando a favor da criação da Comissão de Ética e
1146 também da Moção de repúdio. O conselheiro João Clímaco pede a palavra. O
1147 Secretário Executivo informa que o conselheiro terá três minutos para se manifestar.

1148 O conselheiro João Clímaco diz que o Presidente cortou sua fala e como sempre já
1149 mostrou qual é o motivo dessa confusão toda. Diz que de qualquer maneira não vai
1150 se ater muito as considerações, porque nós estamos dentro de um sistema nacional
1151 de gestão de recursos hídricos. Diz que irá encaminhar um recurso ao Conselho
1152 Nacional pela nulidade dessa decisão. Diz que estamos dentro de um sistema e
1153 Mato Grosso esta separado do sistema nacional de gestão de recursos hídricos, diz
1154 que existem outras instâncias para recorrer de decisões de colegiados
1155 infraconstitucionais, de menor monta, a nível local. Diz não ser contra a decisão de
1156 se criar a Câmara Técnica. Salaria que também irá usar dos meios legais, e vai
1157 entrar com recurso a nível de Conselho Nacional expondo essa situação no
1158 CEHIDRO, que não era para acontecer assim. Destaca que pelo menos criou-se
1159 uma reflexão de que estar no Conselho é algo de muita responsabilidade, não é
1160 você criar lírios pessoais em função de interesses econômicos que você representa
1161 ou do dinheiro da ONG que é financiada por outro setor. Diz que é coisa muito séria,
1162 para nós estar no Conselho tanto no Nacional, como nos Conselhos estaduais, não
1163 é brincadeira e a gente não gasta nosso tempo à toa para ver utilizações
1164 equivocadas, malversação da legalidade para poder não resolver os problemas da
1165 sociedade. Diz que vai continuar fazendo observações quando for pertinente e
1166 equívocos que acontecerem na forma de condução das demandas da sociedade
1167 civil no CEHIDRO e em todas as mídias que forem possíveis, pois o Brasil precisa
1168 saber o que esta acontecendo no estado de Mato Grosso, em relação as injustiças
1169 que estão sendo feitas na gestão de recursos hídricos. Salaria que foi um direito
1170 de petição que foi negado, não foi levado a sério, o direito de manifestação sob
1171 qualquer órgão público é um direito. Diz que não somos parte de uma igreja, de uma
1172 congregação, essa é uma instância que todo mundo que faz parte tem que ter
1173 responsabilidade na forma que faz parte, na forma de como conduzir as demandas
1174 da sociedade civil. Diz que o contraditório com relação aos documentos que
1175 encaminhou não foi acatado. Diz que o Secretário foi membro de uma discussão
1176 com ele na Plenária para mudar o regimento, para ter rito de admissibilidade no
1177 Conselho, isso não está no Regimento, não tem rito de admissibilidade, quer dizer
1178 a Plenária decide do jeito que quiser. Diz que teremos que rever isso, que vai

3

Jo

1179 aguardar a prova de direito e vai encaminhar, e vai continuar a fazer seu
1180 posicionamento acerca de equívocos. Diz que acha que todo mundo aí é descente,
1181 tem filhos como ele, tem netos como ele, tem seus interesses, mas tem outras
1182 coisas que a gente não tem. Diz que tem compromisso com a sociedade civil, com
1183 as pessoas que estão sendo vitimadas por equívocos e ineficácia pública. Diz que
1184 não é nem culpa do Noquelli, de ninguém especialmente, mas é, é um processo
1185 difícil de consertar, mas se não tiver gente para falar ninguém conserta nunca.
1186 Salaria que é essa sua posição, que acha um equívoco essa posição do Conselho
1187 e se tiver outros equívocos que a gente entenda como fugir da legalidade, como
1188 aconteceu agora, a gente vai criticar na imprensa, porque é um direito que a gente
1189 tem, assim como os outros órgãos públicos também são criticados e vamos
1190 continuar assim, até que alguém pessoalmente quiser lhe processar, pode fazer
1191 isso. A conselheira Inês Martins pede a palavra. Diz que o seu parecer era que a
1192 gente pudesse se entender dentro de um critério, fazendo uma nota de advertência,
1193 fazendo algo mais leve, mas pela teimosia e a insistência a levam fazer uma revisão
1194 em cima do que acredita que seria a Comissão de Ética, que ela possa nos ajudar
1195 no crescimento para poder achar soluções nos casos em que isso aconteça. Diz
1196 que vai se unir a essa criação porque realmente poderemos ter outras situações
1197 parecidas. Pelo chat, os conselheiros Cláudia Dahmer, Hélio de Almeida e Ricardo
1198 Dietrich se abstém do voto. Os conselheiros Edson Martins, Pedro Cassiano,
1199 Leonice Lotufo, Augusto Castilho e Pamela Sangaleti, votam a favor da Moção e da
1200 criação da Comissão de Ética. O conselheiro Ibraim Fantin revisa seu voto e vota
1201 favorável a Moção e a criação da Comissão de Ética. O Secretário Executivo expõe
1202 que então como já decidiram, a gente pode criar essa Comissão de Ética. Explica
1203 que essa minuta foi elaborada com base na Comissão de Ética do CNRH. Propõe
1204 que o assunto em discussão seja levado a primeira reunião da Comissão de Ética.
1205 Diz que a Comissão será integrada por um representante do setor público, um da
1206 sociedade civil e um usuário. Destaca que seria interessante a SEMA não participar
1207 da Comissão de Ética, acredita que é salutar a não participação da SEMA. Pergunta
1208 quais entidades gostariam de integrar a Comissão. O conselheiro João Clímaco
1209 questiona que tem que ter tramitação, diz que tem que dar espaço para outras



1210 ideias, que tudo esta sendo feito sumariamente. Diz que isso não existe em lugar
1211 nenhum, não foi votado. Diz que o Secretário Executivo estava fazendo um
1212 encaminhamento equivocado, porque quando entra uma proposta ela tem que
1213 tramitar dentro do Conselho para agregar novas possibilidades ou até rever
1214 algumas, isso deveria ir para uma Comissão de revisão e depois voltar a Plenária
1215 com parecer. Diz que essa atitude que esta se reproduzindo, esta sendo prejudicial
1216 a eficácia do Conselho. A conselheira Leonice Lotufo pede a palavra. Diz que
1217 precisa deixar a reunião, por razões médicas, pede desculpas e pede que o
1218 Conselho seja mais sucinto em outras situações. O conselheiro João Clímaco diz
1219 que o processo precisa ter um rito de admissibilidade. O conselheiro Marcelus
1220 Mesquita expõe que o rito já foi colocado, já foi discutido, consta na pauta da
1221 reunião, a qual todos tiveram acesso. O conselheiro João Clímaco defende que a
1222 coisa não foi colocada em regime de urgência, tem um rito de admissibilidade e o
1223 Conselho esta agindo de maneira sumária em várias coisas. O Secretário Executivo
1224 expõe que a proposta do conselheiro Salatiel foi enviada para manifestação de
1225 todos os conselheiros, que em sua maioria, manifestaram a favor da inclusão da
1226 discussão do assunto na pauta. O assunto entrou na pauta ordinária, não entrou
1227 como informe, não entrou como inclusão de pauta, e o rito é esse, os conselheiros
1228 determinaram que assim o fosse. O conselheiro João Clímaco diz que o assunto
1229 deveria ser votado na próxima reunião, pois a Plenária não pode ser sumária, sem
1230 ter um rito de admissibilidade. O conselheiro Salatiel Alves diz que o conselheiro
1231 João Clímaco não se manifestou, diz que este sequer estava na reunião onde fez
1232 aquela proposta, e como é que ele diz que esta representando a sociedade, sem
1233 nem sequer estar defendendo essa proposta que fez na reunião anterior. Diz que o
1234 conselheiro João Clímaco esta a partir desse momento desqualificado sob o ponto
1235 de vista de querer se defender, pois já se defendeu. Salaria que estamos quase
1236 no meio dia, estamos aqui interessados em que haja efetivamente um processo
1237 transparente tanto é que sua proposta não foi da Moção somente, foi da Comissão,
1238 para que a Comissão fosse representada por conselheiros de segmentos distintos.
1239 Expõe que quem fez essa minuta foi a SEMA, e ela garantiu que o segmento se
1240 manifestasse nessa Comissão. Enfatiza que o conselheiro João Clímaco esta tendo



1241 todas as oportunidades de se retratar, mas não esta se retratando. Esta insistindo,
1242 e minimizando o que disse naquele vídeo, que foram palavras jocosas, foram
1243 situações em que o conselheiro deixou transparecer que havia alguma prova do que
1244 estava alegando, então por favor, apresente as provas, ou caso contrário que o
1245 conselheiro arque com as consequências. O conselheiro João Clímaco diz que o
1246 Conselho não esta agindo com uma regra básica da gestão pública. O Secretário
1247 Executivo abre a votação para eleger os integrantes da Comissão de Ética. Expõe
1248 que deve ser uma entidade titular e uma entidade suplente de cada setor. O
1249 conselheiro Rafael Rodrigues, representantes da SINFRA, manifesta interesse em
1250 participar da Comissão de Ética. O conselheiro João Clímaco diz que o Instituto que
1251 fez a proposta, na sua visão, esta impedida de integrar a Comissão porque ele
1252 recebe dinheiro de usuários, e tem uma questão de falsidade ideológica aí. Então
1253 tem que ser uma ONG, uma sociedade civil que não tivesse vinculada aos
1254 interesses de usuário. Propõe que a conselheira Ingrid assuma a vaga destinada a
1255 sociedade civil. O conselheiro Marcelus Mesquita diz que quem fez a proposta deve
1256 capitanear o processo. Diz que o conselheiro João Clímaco esta descredenciando
1257 até a ONG que representa. O conselheiro João Clímaco diz que não, porque não
1258 recebe dinheiro de usuários. O conselheiro Marcelus Mesquita diz que então deve
1259 receber dinheiro público. O conselheiro João Clímaco diz que nem público. O
1260 conselheiro Marcelus Mesquita diz que deve ser doação, que deve vir do exterior,
1261 porque como é que sobrevive. O Secretário Executivo explica que todas as
1262 entidades membros do CEHIDRO, estão aptas a integrar a Comissão. O conselheiro
1263 João Clímaco diz que se houver casos em que tiver impedimento, irá alegar
1264 impedimento. Sugere que sejam entidades que não estejam vinculadas a interesses
1265 tanto públicos como privados. O conselheiro Álvaro Leite manifesta interesse da
1266 FIEMT em integrar a Comissão de Ética. O conselheiro João Clímaco diz que se for
1267 a entidade que fez a proposta, o FONASC também se candidata e fará seus
1268 questionamentos. O conselheiro Salatiel Alves expõe que não esta se
1269 candidatando. O Secretário Executivo diz que já que não conseguimos finalizar a
1270 composição da Comissão de Ética, uma vez que vários membros já deixaram a
1271 reunião, na próxima reunião do Conselho iremos finalizar a composição da



1272 Comissão. Destaca que a Comissão de Ética já foi criada, resta saber quem serão
1273 os integrantes, e a moção será discutida dentro dessa Comissão. Pergunta ao
1274 conselheiro Salatiel se é isso mesmo. O conselheiro Salatiel diz que entende que
1275 para a criação de uma Comissão de Ética precisa ter um objeto, e o objeto é essa
1276 moção. O Secretário Executivo diz que então foi aprovada a moção, que
1277 automaticamente será discutida dentro da Comissão de Ética. Destaca que a moção
1278 será redigida pela Secretaria Executiva, e será encaminhada para todos os
1279 membros. O conselheiro João Clímaco diz que não está entendendo, que está um
1280 pouco confuso. Se o conselheiro acabou de falar que a Comissão tem que trabalhar
1281 em cima de um objeto, e ele não está formado, então vai votar o objeto para depois
1282 votar a Comissão. O conselheiro Marcelus Mesquita diz que está muito claro, que a
1283 Comissão só existe se tiver o objeto e o Conselho votou pela aprovação. O
1284 Secretário Executivo explica que foi aprovada a moção, e ela será encaminhada
1285 dentro da Comissão de Ética e depois dos trâmites, a Comissão enviará sua decisão
1286 a Plenária do CEHIDRO. O conselheiro João Clímaco pergunta se depois a decisão
1287 será encaminhada ao CNRH. O Secretário Executivo diz que a instância máxima
1288 dentro do estado é o CEHIDRO. O conselheiro Salatiel Alves solicita em nome do
1289 Instituto Ação Verde que toda a documentação e a degravação dessa reunião seja
1290 encaminhada ao CNRH, porque no vídeo o conselheiro João Clímaco também cita
1291 outros Conselhos. Então é interessante que outros Conselhos se posicionem
1292 também, pois da mesma forma que ele disse de maneira jocosa do Conselho de
1293 Mato Grosso, ele disse de Conselhos de outros estados também. O Secretário
1294 Executivo solicita que o conselheiro Salatiel Alves encaminhe via e-mail essa
1295 solicitação, pois a ata da presente reunião será aprovada somente na próxima
1296 reunião do CEHIDRO e a Secretaria Executiva não pode usá-la enquanto não for
1297 aprovada. O conselheiro Salatiel Alves se compromete em encaminhar a solicitação
1298 via e-mail. O conselheiro João Clímaco diz que no CNRH tem regras de tramitação,
1299 que não é igual no CEHIDRO. Após, passou-se ao último item da pauta. O
1300 Secretário Executivo informa que no dia 09/07/2021 o Grupo de Acompanhamento
1301 da Elaboração do Plano de Recursos Hídricos das UPGs P2/P3 – GAE P2/P3 se
1302 reunirá para a aprovação do produto Relatório Plano de Ações e Manual Operativo

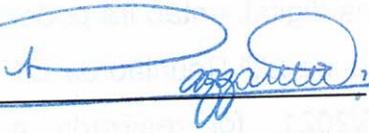


1303 do Plano de Bacias P2P3. Diz que finalmente a SEMA conseguiu fechar junto a
1304 Universidade Federal de Mato Grosso a aprovação do Manual Operativo e o Plano
1305 de Ação do Plano. Salaria que amanhã tem reunião, e quem for do GAE por favor
1306 participem dessa reunião, que será muito importante. Destaca que os encontros
1307 públicos ocorrerão entre os dias 02 e 07 de agosto, nos municípios de Diamantino,
1308 Tangará da Serra e Cáceres. Sendo que esses encontros serão de forma híbrida,
1309 uma vez que há pessoas que não tem acesso a plataforma digital, então irá poder
1310 participar pessoalmente. Diz que o segundo informe é que na 23ª Reunião da CT
1311 de Gestão Participativa, que ocorreu no dia 17/06/2021, foi realizada a
1312 apresentação de acompanhamento do Programa de Consolidação do Pacto
1313 Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO, em Mato Grosso. Outro informe
1314 é a respeito das Câmaras Técnicas, das quais fora enviado quadro informando:
1315 presidente, relator e reuniões no período. Passa a palavra ao conselheiro Salatiel
1316 Alves que tem informações acerca das Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas
1317 e Segurança de Barragens. O conselheiro diz que com relação à Câmara Técnica
1318 de Águas Subterrâneas, foi discutido acerca da pertinência ou não de ter tido esse
1319 parecer da Subprocuradoria e o consenso foi que não havia a necessidade de ter
1320 esse parecer, mas como ele estava posto a Câmara solicitou uma reunião com a
1321 secretária. Essa reunião foi feita, com a participação do Noquelli, secretária Lilian e
1322 o Dr. Davi, restando decidido que a Câmara Técnica iria confeccionar uma minuta
1323 de resolução para que haja a regulamentação dessa questão. Salaria que na posse
1324 dessa minuta a câmara enviaria ao Conselho e este aprovaria ou não, daria
1325 sugestões e etc., e após, o Conselho encaminharia essa resolução, caso aprovada,
1326 para a Procuradoria pedindo uma reconsideração. Diz que no caso da Segurança
1327 de Barragens foi discutido as questões relativas ao nome da Câmara, e
1328 provavelmente será solicitado uma mudança no nome da Câmara, pois ficou
1329 constatado que ela trata apenas de barragens de usos múltiplos. Diz que foi
1330 solicitado a Maria de Fátima uma apresentação na próxima reunião, para que a
1331 Câmara possa trabalhar todos os temas relativos a segurança de barragens. A
1332 conselheira Inês Martins pergunta ao conselheiro Salatiel se já existe essa minuta
1333 de resolução, pois gostaria de conhecer antes da próxima reunião. O conselheiro

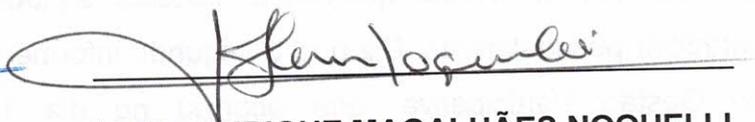


1334 Salatiel responde que ainda não, que a Câmara ficou de marcar uma reunião para
1335 começar a confecção dessa minuta de resolução. Por fim, nada mais havendo a
1336 declarar o Sr. Secretário Executivo encerrou a reunião às 12h10min e eu, Danielly
1337 Guia da Silva, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário
1338 Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

1339

1340 

1341
1342 **MAUREN LAZZARETTI**
1343 Presidente do CEHIDRO
1344



LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO

Handwritten initials
de